



# BTEP

BOLETIM TRIMESTRAL  
DE ECONOMIA PORTUGUESA

**JANEIRO 2023**

GPEAR

Gabinete de Planeamento, Estratégia,  
Avaliação e Relações Internacionais  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy  
and International Affairs  
MINISTRY OF FINANCE



Gabinete de Estratégia e Estudos

## Ficha técnica

**Título:** BOLETIM TRIMESTRAL DE ECONOMIA PORTUGUESA

**Data:** janeiro de 2023

**Elaborado com informação disponível em 13 de janeiro de 2023**

**Editores:**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 – 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: [gpeari@gpeari.gov.pt](mailto:gpeari@gpeari.gov.pt)

**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Mar

Avenida da República, 79

1069-218 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <https://www.gee.gov.pt/pt/>

E-Mail: [gee@gee.gov.pt](mailto:gee@gee.gov.pt)

## ■ Índice

● <b>Sumário</b> .....	<b>5</b>
● <b>Enquadramento Internacional</b> .....	<b>7</b>
● <b>Economia Portuguesa</b> .....	<b>11</b>
Atividade Económica .....	11
Mercado de Trabalho .....	18
Preços .....	20
Comércio Internacional .....	22
Contas Externas .....	23
Financiamento e Endividamento das Sociedades Não Financeiras.....	24
Dinamismo Empresarial.....	27
Finanças Públicas.....	29
Financiamento das Instituições Financeiras Europeias.....	31
Previsões Económicas.....	32
● <b>Política Económica</b> .....	<b>33</b>
Política Europeia.....	33
Políticas Nacionais .....	34
Principais Medidas de Política Económica no quarto trimestre de 2022.....	35
● <b>Artigos</b> .....	<b>39</b>
Importação e exportação de produtos da madeira, cortiça, e suas obras (2017-2021 e 1.º semestre 2021-2022).....	39
A resiliência económico-financeira das empresas portuguesas face a choques exógenos: a pandemia COVID-19 e a invasão da Ucrânia .....	39
Comércio Externo da Argélia & Portugal-Argélia 2017-2021 (janeiro-agosto 2021-2022).....	40
Importação e exportação de máquinas e unidades de informática semicondutores e circuitos integrados eletrónicos (2020-2021 e janeiro-agosto 2021-2022).....	40
Em Análise: Dados abertos em Portugal .....	40
The Credit Channel of Public Procurement .....	41
Environmental performance of tourism in Portugal - comparative analysis and challenges .....	41
Comércio Internacional de mercadorias taxas de variação homóloga em valor volume e preço por grupos e subgrupos de produtos (janeiro-setembro 2022-2021).....	42

Comércio Externo da Turquia & Portugal – Turquia (2017-2021 e janeiro-setembro 2021-2022) .....	42
COVID-19 efeitos do confinamento entre março e dezembro de 2020 na mobilidade de Passageiros em Portugal Continental.....	42
European Industrial Strategy in the recent context: Industrial Ecosystems and Strategic Dependencies’ insights from Portugal .....	43

## ■ Índice de caixas

Caixa 1. Evolução das taxas de juro diretoras em 2023 .....	9
Caixa 2. Adesão da Croácia ao euro em 2023 .....	10
Caixa 3. Análise e Perspetivas do Setor da Construção .....	16
Caixa 4. Principais Medidas de Política Económica – Resumo anual .....	38

## ■ Sumário

**O ano de 2022 foi marcado pelo surgimento da guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético**, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos. A taxa de inflação atingiu um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA; acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

**Nos três primeiros trimestres do ano, a economia portuguesa desacelerou, mas manteve crescimento acima da área do euro**, tendo registado uma variação homóloga em termos reais de 8% (menos 1,6 p.p. que no primeiro semestre), enquanto a economia da área do euro cresceu 4%. Neste período, todas as componentes da procura interna desaceleraram em termos acumulados, tendo os fluxos do comércio externo abrandado em resultado de uma desaceleração na componente dos serviços. Esta desaceleração do PIB foi transversal a todos os setores de atividade. No que concerne ao consumo privado, destaque para um abrandamento motivado pelo comportamento dos bens não duradouros. Por sua vez, também o investimento manteve a trajetória de desaceleração do crescimento em termos homólogos, sobretudo em virtude do comportamento da FBCF em construção e em equipamento de transporte, já que apenas as importações de máquinas e outros bens de capital deram mostras de melhor desempenho.

**O mercado de trabalho, que se mostrou resiliente até ao terceiro trimestre de 2022, manifestou ligeiros sinais de abrandamento nos últimos meses do ano.** Nos três primeiros trimestres de 2022, verificou-se uma diminuição da população desempregada face ao período homólogo, sendo que no terceiro trimestre houve uma diminuição de 4%, ou seja, cerca de 47 mil indivíduos, em virtude do aumento da população empregada ter sido sempre superior ao aumento da população ativa. Contudo, os dados mais recentes do inquérito mensal ao emprego, referentes a novembro, registaram uma ligeira diminuição da população ativa e da população empregada face ao mês anterior, tendo a população desempregada aumentado face ao período homólogo, registando-se, conseqüentemente, uma taxa de desemprego, em novembro, de 6,4%, o valor mais elevado desde julho de 2021.

**A inflação desacelerou nos meses de novembro e dezembro**, após ter atingido um máximo em outubro (10,1%, o valor mais elevado desde maio de 1992). Contrariamente, a inflação subjacente manteve a tendência ascendente. No conjunto do ano de 2022, a taxa de inflação foi de 7,8%, o valor mais elevado desde 1992 (altura em que a inflação atingiu os 9,6%), correspondendo a uma forte aceleração relativamente ao valor de 2021 (1,3%).

**No período de janeiro a setembro de 2022 as exportações portuguesas mantêm crescimento expressivo num contexto económico e geopolítico adverso, aproximando-se da meta dos 50% do PIB.** O resultado está principalmente associado ao comportamento das exportações de serviços, sustentadas pela forte recuperação do turismo.

**O stock de crédito bancário às empresas continua em desaceleração desde março de 2021**, tendo sido de 76,6 mil milhões de euros em setembro (taxa de variação anual de 1,4%) ao contrário do verificado na área do euro, onde se regista uma tendência de aceleração desde março de 2022 (taxa de variação anual de 8%).

**No final do terceiro trimestre de 2022, a constituição de empresas em Portugal** quase atingiu o número registado no mesmo período de 2019. O setor que apresentou maior crescimento nos três primeiros trimestres do ano, face a igual período de 2019, foi o das atividades administrativas e serviços de apoio, seguindo-se o setor da construção. Concomitantemente, as insolvências decretadas no primeiro semestre de 2022 continuaram abaixo do período pré-pandemia.

**De janeiro a setembro de 2022 o saldo orçamental registou um excedente de 2,8% do PIB** (-2,5% do PIB, no período homólogo de 2021). Esta melhoria resultou do efeito conjugado do aumento da receita (em 11,6%) e da diminuição da despesa (em 1,1%). Para esta evolução contribuíram o dinamismo do consumo privado e do mercado de trabalho e os efeitos do aumento da inflação, do lado da receita, bem como o menor impacto das medidas relacionadas com a pandemia (com destaque para os subsídios às empresas), do lado da despesa. O peso da dívida pública em percentagem do PIB prosseguiu a trajetória descendente diminuindo para 120,1%.



## ■ Enquadramento Internacional

O ano de 2022 foi marcado pelo surgimento da guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2022, a atividade económica global abrandou, tendo o PIB do G20 registado uma variação homóloga de 3,6% (6,1% em 2021), com destaque para 2,5% nos EUA, 3% na China, 4,1% na União Europeia e 4% na área do euro (5,9%; 8,1%; 5,4% e 5,3%, respetivamente, no ano de 2021).

Contudo, a evolução ainda foi bastante favorável no terceiro trimestre de 2022, tendo o PIB do G20 ultrapassado em 6% o nível do PIB do quarto trimestre de 2019 (antes da pandemia de COVID-19), sobretudo em consequência da melhoria das economias dos EUA e da China. De facto, o PIB dos EUA aumentou 0,8% em cadeia (após uma quebra nos dois primeiros trimestres) e acelerou para 1,9% em termos homólogos devido à melhoria do contributo externo (com destaque para o forte crescimento das exportações) e à aceleração do investimento não residencial. No caso da China, o PIB recuperou para um crescimento de 3,9%, tanto em cadeia como em termos homólogos (-2,7% e 0,4%, respetivamente, no segundo trimestre) em resultado da melhoria da situação sanitária referente à COVID-19 e do efeito de base do terceiro trimestre de 2021, período em que o país teve que enfrentar graves estrangulamentos, nomeadamente encerramento de portos e interrupções de produção, na sequência da propagação da variante delta. Na área do euro, o PIB abrandou para 2,3% em termos homólogos no terceiro trimestre de 2022 (4,2% no segundo trimestre) mas demonstrou alguma resiliência em resultado do forte crescimento da procura interna, com destaque para a recuperação do setor dos serviços (especialmente do turismo), do mercado de trabalho e da utilização das poupanças acumuladas durante a pandemia que atenuaram o impacto negativo dos preços e das taxas de juro no rendimento das famílias.

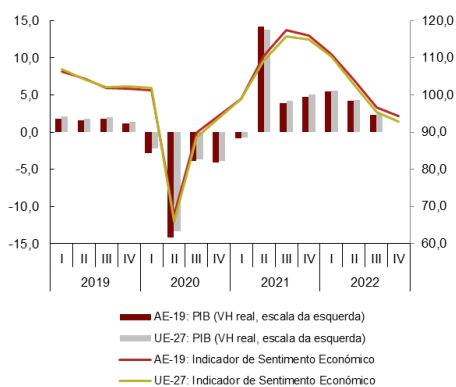
Os EUA registam um enfraquecimento da atividade económica, com a produção industrial e as vendas a retalho a registar simultaneamente um abrandamento no quarto trimestre de 2022, em linha com o recuo dos indicadores de confiança da indústria e dos serviços. Esta evolução deveu-se à perda do poder de compra das famílias associada à elevada inflação; ao fim dos programas de ajudas massivas aos cidadãos; e ao prosseguimento da incerteza no panorama geopolítico e económico global. O investimento residencial continuou a demonstrar sinais de quebra, influenciado pela rápida subida das taxas de juro. Também se constata que no quarto trimestre de 2022, as taxas de juro de curto prazo (4,5%) ficaram acima das de longo prazo (3,8%), podendo sinalizar o surgimento de uma situação recessiva nos EUA.

A China deverá igualmente apresentar um crescimento mais moderado da economia na parte final de 2022, dado o recrudescimento da pandemia e a manutenção da política de COVID zero até ao início do mês de dezembro, assim como a debilidade do setor imobiliário. Neste contexto, a produção industrial desacelerou, em média, para um crescimento de 3,6% em termos homólogos nos meses de outubro e novembro (4,9% no terceiro trimestre) e as trocas comerciais de bens apresentaram uma quebra homóloga, tanto nas exportações, como nas importações, refletindo o abrandamento da economia mundial e a fragilidade da procura interna.

Na área do euro, o indicador de sentimento económico aumentou em dezembro de 2022, pelo segundo mês consecutivo, em resultado da evolução mais favorável de todos os indicadores de confiança, com destaque para a melhoria da confiança na indústria, que inverteu o recuo consecutivo registado desde julho de 2022.

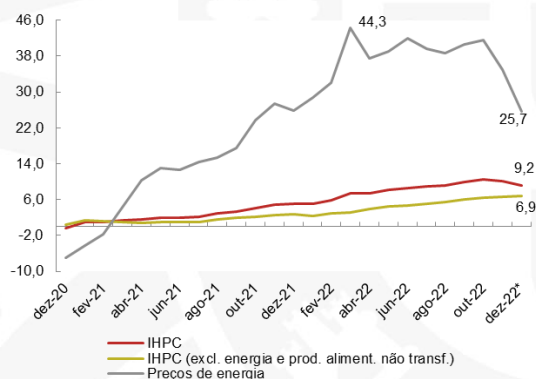
A inflação aparenta abrandar na parte final do ano, após ter atingido um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA. Neste último caso, a inflação desacelerou para 7,1% em termos homólogos em novembro de 2022, abaixo do pico atingido em junho (9,1%); a mesma evolução foi registada quanto à inflação subjacente, a qual foi de 6% em novembro (6,3% em outubro). No conjunto do ano, a inflação nos EUA situou-se em 8%, que compara com 4,7% em 2021. Na área do euro, o ritmo de crescimento dos preços nos consumidores desacelerou, pelo segundo mês consecutivo, para 9,2% em dezembro (10,1% em novembro), de acordo com a estimativa preliminar, invertendo a tendência ascendente verificada entre meados de 2021 e outubro de 2022. Esta situação resultou do abrandamento do crescimento dos preços de energia (embora ainda de nível muito elevado) e dos produtos alimentares não transformados. Pelo contrário, a taxa de inflação subjacente, excluindo os produtos mais voláteis, aumentou para 5,2% em dezembro de 2022 (5% nos dois meses precedentes) demonstrando que a subida dos preços se está a generalizar a todos os tipos de produtos, nomeadamente aos produtos industriais excluindo a energia e serviços. No conjunto do ano de 2022, a taxa de inflação da área do euro subiu para 8,4% (2,6% em 2021) com destaque para a aceleração em 37,1% e 10,4% dos preços de energia e produtos alimentares não transformados, respetivamente (13,2% e 1,7%, respetivamente, em 2021).

**Gráfico 1. Indicador de sentimento económico e PIB da UE**



Fontes: CE; Eurostat.

**Gráfico 2. Taxa de inflação da área do euro (VH)**



\* Estimativa preliminar

Fonte: Eurostat.

Os mercados financeiros internacionais e de matérias-primas continuaram voláteis e dominados pela incerteza em torno do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e pelo aumento do pessimismo dos investidores perante uma possível recessão económica associada ao ajustamento monetário dos bancos centrais na tentativa de conter a escalada da inflação.

Por sua vez, a partir do verão de 2022, os estrangulamentos nas cadeias de valor globais foram-se atenuando (registando-se alguma recuperação dos stocks), verificando-se um abrandamento na evolução dos preços da generalidade das matérias-primas associadas à energia (petróleo e gás) e a produtos alimentares (nomeadamente agrícolas). Com efeito, o preço do petróleo *brent* baixou para 88,5 USD/bbl



(86,9 €/bbl) no quarto trimestre de 2022, devido, em parte, à expectativa de diminuição da procura da China, em linha com a deterioração da situação sanitária de COVID-19. No conjunto do ano, o preço do petróleo *brent* subiu para 98,6 USD/bbl (93,8 €/bbl), o que compara com 71 USD/bbl (60 €/bbl) em 2021, representando um aumento de 39% e 56%, respetivamente. O aumento mais acentuado em euros resulta da forte depreciação do euro face ao dólar em 2022 (de 11% face a 2021), apesar de alguma recuperação no último trimestre de 2022, tendo o euro alcançado os 1,07 dólares no final de 2022 (0,96 em 28 de setembro de 2022, data em que foi registado um valor do euro abaixo da paridade com o dólar e atingido um mínimo dos últimos 20 anos). Quanto ao preço do gás natural na Europa, este caiu significativamente em dezembro de 2022 (abaixo de 100 €/MWh para o TTF) face às condições meteorológicas menos adversas no Sul da Europa (clima mais ameno do que o habitual) e após o acordo alcançado no âmbito da UE sobre o mecanismo que será ativado automaticamente quando os futuros a um mês do preço do gás de referência para a Europa superarem os 180 €/MWh e, simultaneamente, sejam 35 €/MWh superiores ao preço de referência do gás natural liquefeito (GNL) nos mercados internacionais.

**As taxas de juro de curto e longo prazo dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência ascendente ao longo de 2022**, traduzindo o processo de normalização da política monetária em ambos os lados do Atlântico e invertendo o ciclo de taxas de juro negativas dos últimos anos

#### Caixa 1. Evolução das taxas de juro diretoras em 2023

Taxas de juro diretoras são taxas de juro definidas pelos bancos centrais para as operações associadas a empréstimos aos bancos ou de depósitos dos bancos junto aos bancos centrais, consistindo num dos principais instrumentos de política monetária.

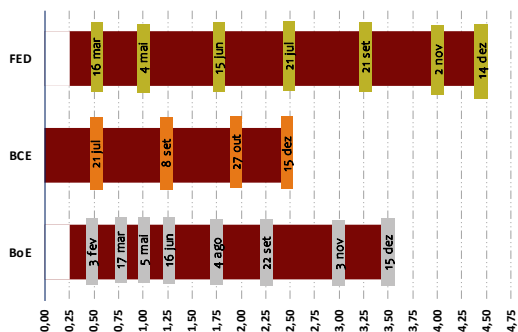
No caso europeu, as taxas de juro oficiais do Eurosistema são avaliadas, e eventualmente revistas, aproximadamente de seis em seis semanas, pelo Conselho do Banco Central Europeu (BCE), sendo três as taxas de juro oficiais do BCE: taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez; taxa de juro das operações principais de refinanciamento e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito.

Nos últimos meses (dados até dezembro 2022), e na sequência de pressões inflacionistas, os bancos centrais da generalidade dos países e zonas monetárias tomaram posições mais restritivas nas políticas monetárias, nomeadamente:

- A Reserva Federal Americana (FED) iniciou, em março, a subida da sua taxa de juro diretora em 50 pontos base, encontrando-se atualmente – com a subida anunciada a 14 de dezembro – na faixa dos 4,25% - 4,5%, um aumento acumulado de 425 p.b.
- O BCE aumentou em julho, pela primeira vez desde 2011, as taxas de juro diretoras do Eurosistema em 50 p.b.; desde então, e até dezembro, foram já quatro as subidas, representando um acréscimo acumulado de 250 p.b. face a 2021; atualmente, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez encontra-se nos 2,75%, a taxa de juro das operações principais de refinanciamento nos 2,5% e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito nos 2%.

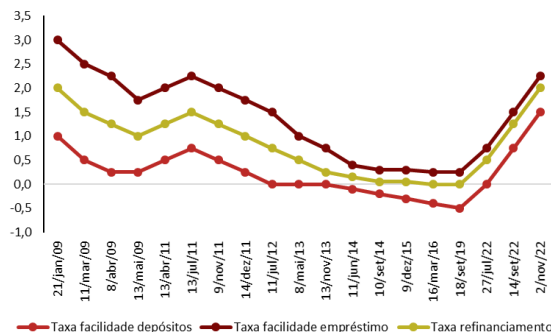
- O Banco de Inglaterra (BoE) procedeu já a oito aumentos ao longo de 2022, o primeiro dos quais em fevereiro e o último em dezembro, alcançando um aumento acumulado de 350 p.b. e encontrando-se atualmente a taxa diretora fixada em 3,5%.

**Gráfico 3. Taxas juro diretoras em 2022 (%)**



Fonte: FED, BCE, BoE.

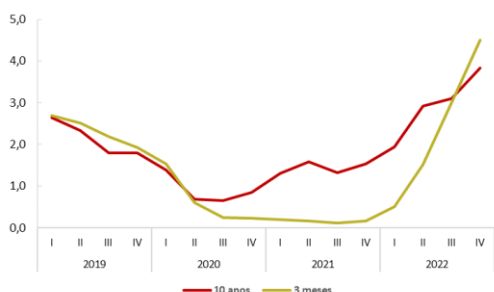
**Gráfico 4. Taxas de juro diretoras na área do euro (%)**



Fonte: BCE.

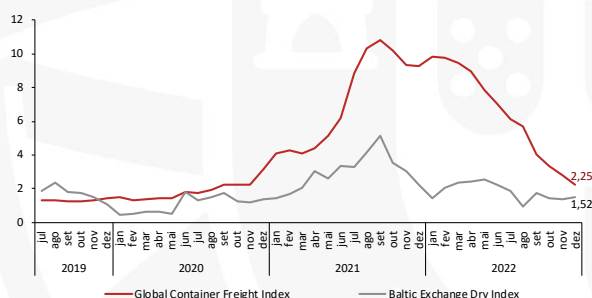
O preço dos contentores, que atingiu um pico em setembro de 2021 na sequência da pandemia de COVID-19, apresentou uma evolução descendente em 2022, sugerindo a progressiva normalização da situação, mas também algum arrefecimento da procura.

**Gráfico 5. Taxa de juro médias (EUA) (%)**



Fonte: FED.

**Gráfico 6. Preço unitário dos contentores (milhares de dólares)<sup>1</sup>**



Fonte: GEE, com base nos dados da *Freightos and Baltic Exchange*.

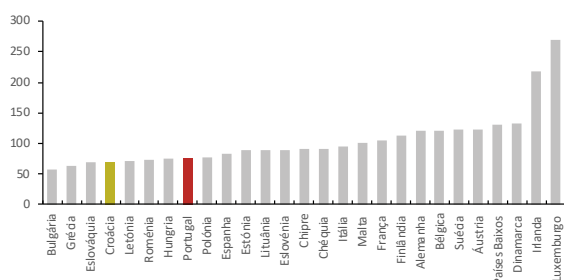
**Caixa 2. Adesão da Croácia ao euro em 2023**

A Croácia tornou-se, a partir de 1 de janeiro de 2023, o vigésimo membro da área do euro (substituindo a moeda nacional – *kuna*), tendo aderido também nesta data ao Espaço Schengen, permitindo a livre circulação de pessoas.

<sup>1</sup> Os valores apresentados para o GCFI e BEDI, correspondem à média dos valores observados na última semana do mês e ao valor observado no último dia do mês, respetivamente. No caso do GCFI, o índice refere-se ao preço unitário médio de um contentor de 40 pés (*forty-foot equivalent unit*). No caso do BEDI, trata-se de um índice composto de três subíndices para contentores de granel seco com dimensões diferentes.

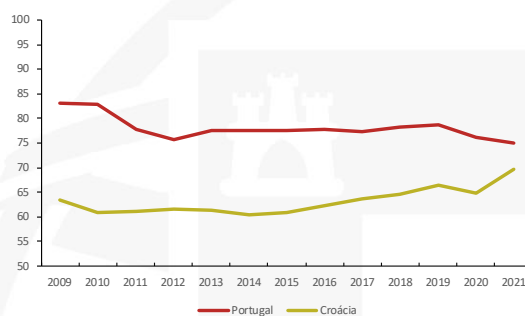
Com quase 3,9 milhões de habitantes e tendo aderido à UE a 1 de julho de 2013, a Croácia é uma pequena economia (o PIB croata representa 0,4% do total do PIB da UE-27, comparado com 1,5% de Portugal), com um elevado peso dos setores do comércio, turismo e serviços de transportes. As trocas comerciais da Croácia efetuam-se maioritariamente com os restantes países da UE, com um peso de 67% do total das exportações croatas para a UE (sendo de 13%, 12% e 10%, respetivamente, para a Alemanha, Itália e Eslovénia). Das exportações extra-UE, 9% destinam-se à Bósnia-Herzegovina e 5% à Sérvia, países confinantes. Quanto às importações, 77% são provenientes dos restantes países da UE (15% da Alemanha, 12% da Itália e 11% da Eslovénia), enquanto das provindas do exterior da UE, destacam-se as da China (peso de 5%).

**Gráfico 7. PIB per capita em PPC (2021)**  
(Em % da média da UE)



Fontes: INE e Eurostat.

**Gráfico 8. Evolução do PIB per capita em PPC**  
(% da média da UE)



Fontes: INE e Eurostat.

Segundo os dados do Eurostat, em 2021, a Croácia apresentava um PIB *per capita* em paridades de poder de compra (PPC) correspondente a 70% da média da UE (Portugal situou-se nos 75,1%), o quarto mais baixo do conjunto dos 27 países da União Europeia e o terceiro mais baixo entre os 20 países da área do euro. Ainda assim, o país registou uma progressão assinalável do bem-estar económico, medido por este indicador, na última década (face a 2015, o PIB *per capita* em paridades de poder de compra face à média aumentou 8,8 p.p.).

## ■ Economia Portuguesa

### Atividade Económica

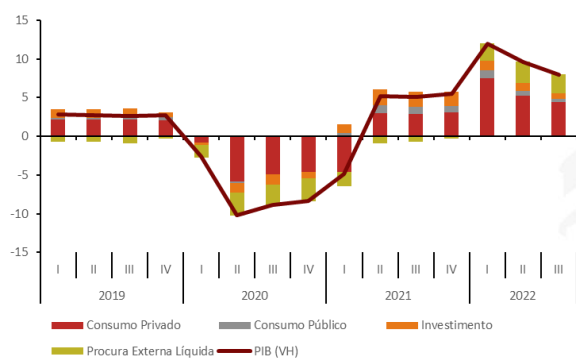
**A economia portuguesa desacelerou, mas manteve crescimento acima da área do euro.** Nos três primeiros trimestres, o PIB registou uma variação homóloga em termos reais de 8% (menos 1,6 p.p. que no primeiro semestre), refletindo contributos mais fracos quer da procura interna (que passou de 6,9 p.p. para 5,5 p.p.), quer da procura externa líquida (que passou de 2,8 p.p. para 2,4 p.p.). No mesmo período, a economia da área do euro cresceu 4%.

**Todas as componentes da procura interna desaceleraram em termos acumulados.** As componentes da procura interna registaram uma diminuição nos seus contributos para a variação homóloga real do PIB, comparativamente ao acumulado do segundo trimestre, com especial destaque para o consumo privado, o qual registou a maior redução, passando o contributo de 5,2 p.p. para 4,4 p.p. O abrandamento do crescimento do consumo privado ocorreu num contexto de aumento de incerteza, refletindo o impacto

negativo crescente do aumento da inflação e das taxas de juro sobre o rendimento das famílias. Os contributos do consumo público e do investimento registaram menores reduções, na ordem dos 0,2 p.p. e 0,3 p.p., fixando-se em 0,4 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente.

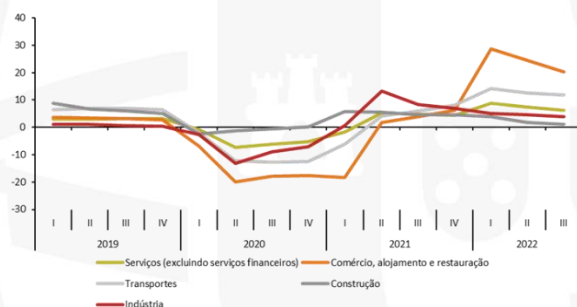
**Fluxos do comércio externo abrandaram nos três primeiros trimestres em resultado de uma desaceleração na componente dos serviços.** No acumulado do terceiro trimestre, registou-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços em termos reais, cuja variação homóloga foi de 20,3%, face a 22,2% no primeiro semestre, mais acentuada que a verificada nas importações de bens e serviços, que aumentaram 13,2%, face a uma variação de 14,1% no primeiro semestre. O abrandamento nas exportações refletiu a desaceleração em 13,4 p.p. na componente de serviços que, mesmo assim, continuou a crescer de forma muito significativa (50,7%), refletindo o perfil de recuperação, embora a um ritmo mais lento, das exportações de turismo. A recuperação da atividade turística resultou do levantamento das restrições associadas à pandemia e da realização de despesas adiadas. As exportações de bens aumentaram ligeiramente face ao acumulado do primeiro semestre, registando um crescimento homólogo de 9,6% (mais 0,8 p.p.). A evolução das importações foi igualmente influenciada pela desaceleração na componente de serviços que registou uma variação homóloga de 21,5% nos três primeiros trimestres, menos 5,6 p.p. face ao primeiro semestre. Até setembro de 2022, as importações de bens cresceram 11,8% em termos homólogos, variação idêntica à registada no primeiro semestre.

**Gráfico 9. PIB e componentes**  
(tvh/ano acumulado no trimestre, %, p.p.)



Fonte: INE.

**Gráfico 10. VAB por setor**  
(tvh/ano acumulado no trimestre, %, p.p.)



Fonte: INE.

**Desaceleração do PIB foi transversal a todos os setores de atividade.** A persistência de um efeito de base no primeiro semestre, dado o confinamento ocorrido no início de 2021, afetou a generalidade dos setores, os quais por esse facto apresentaram uma desaceleração do respetivo crescimento. O setor do comércio, alojamento e restauração destacou-se ao apresentar a desaceleração mais acentuada (menos 4,3 p.p.), no entanto continuou com um crescimento homólogo expressivo de 20,2% no acumulado dos três primeiros trimestres do ano.

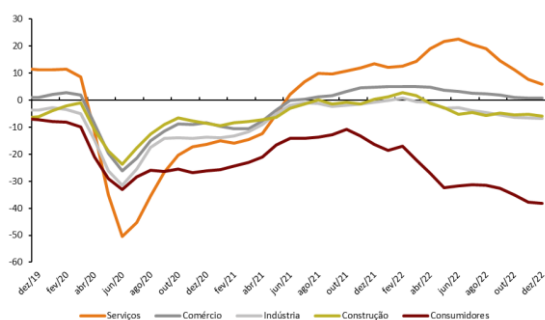
**Indicador de clima económico estabilizou em dezembro, interrompendo nos últimos dois meses do ano, a diminuição registada desde maio.** Apesar das ligeiras diminuições registadas nos indicadores de confiança da indústria transformadora, da construção e obras públicas e do comércio, e da diminuição mais significativa no setor dos serviços, o indicador de clima económico estabilizou em dezembro. A evolução do indicador de confiança dos serviços reflete a contribuição negativa de todas as componentes: das apreciações sobre a atividade da empresa, das opiniões sobre a evolução da carteira de encomendas e das perspetivas relativas à evolução da procura. Em dezembro, o indicador de confiança dos consumidores

manteve a tendência decrescente registada desde agosto, refletindo o contributo negativo de todas as componentes à exceção das expectativas relativas à situação financeira do agregado familiar.

**Após cinco meses com taxas de variação homólogas positivas, o índice de produção industrial apresentou descidas em termos homólogos nos últimos dois meses (-1,9% em outubro e -0,3% em novembro).** A descida verificada em novembro foi atenuada pelo agrupamento de energia, sem o qual o índice teve uma variação de -1,9% (-2,2% no mês anterior). Para além do agrupamento da energia (que registou um aumento homólogo de 8,2%), também o agrupamento de bens de investimento (com um aumento homólogo de 4,9%) contribuiu positivamente para a variação do índice total, enquanto os agrupamentos de bens de consumo e de bens intermédios registaram contributos negativos. As indústrias de bens intermédios registaram a maior quebra de produção, tendo a respetiva variação homóloga sido de -5,6%.

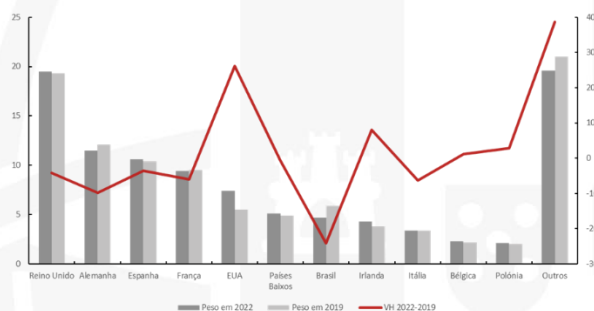
**Crescimento da produção na construção manteve a tendência de abrandamento que se verificava, registando em novembro um aumento de 0,3% em termos homólogos (menos 1,3 p.p. face a outubro).** Este comportamento foi particularmente influenciado pelo segmento da engenharia civil, que registou uma diminuição de 0,3%, após um crescimento de 1,4% em outubro. A construção de edifícios desacelerou 1 p.p., tendo crescido 0,7% em novembro.

**Gráfico 11. Indicadores de confiança (VE, MM3)**



Fonte: INE.

**Gráfico 12. Dormidas de não residentes por origem (pesos e VH acumulada a novembro)**



Fonte: INE.

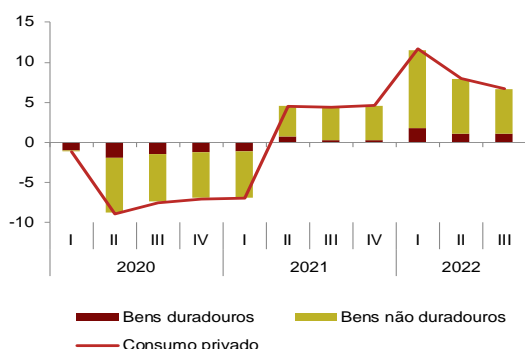
**Evolução positiva da atividade turística, aproximando-se de valores pré-pandémicos.** Segundo a estimativa rápida do INE, no conjunto dos primeiros onze meses de 2022, o número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico aumentou, face ao respetivo período homólogo, em 89,4%. Tanto o mercado externo como o mercado interno, embora de forma menos expressiva, contribuíram para estas variações: as dormidas de turistas estrangeiros registaram um crescimento de 157,7%, face ao aumento de 22,4% registado nas dormidas de turistas nacionais. No entanto, quando comparado com os primeiros onze meses de 2019, o total de dormidas decresceu 1,2%. Para tal, contribuiu a diminuição de dormidas de não residentes, estando ainda 5,3% abaixo do nível pré-pandémico, visto que as dormidas de residentes cresceram 8,4%.

**As dormidas de não residentes dos principais mercados emissores diminuíram face a 2019.** Reino Unido, Espanha, Alemanha e França continuaram a concentrar mais de metade das dormidas de não residentes, nos primeiros onze meses (51% até novembro de 2022 e 51,3% até novembro de 2019). Face aos primeiros onze meses de 2019, as dormidas de não residentes relativas aos mercados mencionados diminuíram 4,1%, 3,6%, 9,8% e 6%, respetivamente. O maior crescimento em termos de representatividade, embora ligeiro, registou-se no mercado norte-americano (passando de 5,5% para 7,4% das dormidas de não residentes),

enquanto o mercado brasileiro foi o que mais perdeu face ao período pré-pandémico (passando de um peso de 5,9% para 4,7% no total de dormidas de não residentes). As dormidas de não residentes oriundas dos EUA registaram um crescimento homólogo acumulado de 26,2% e as relativas ao mercado brasileiro registaram uma redução de 24,1%.

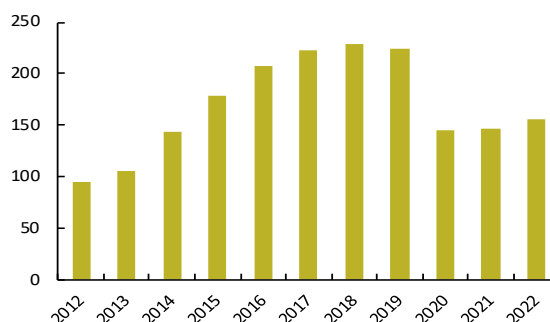
**Consumo privado abrandou, motivado pelo comportamento dos bens não duradouros.** A desaceleração no consumo privado, de 8% no primeiro semestre para 6,8% nos três primeiros trimestres, em termos homólogos reais, deve-se essencialmente à componente de bens não duradouros, cujo contributo para a evolução do consumo privado, passou de 6,9 p.p. no primeiro trimestre para 5,6 p.p. nos três primeiros trimestres. Já os bens duradouros registaram um crescimento acumulado até setembro de 13,1% (mais 0,8 p.p. face ao primeiro semestre), situando-se 0,5 p.p. abaixo do valor homólogo de 2019.

**Gráfico 13. Crescimento real do consumo privado**  
(VH/ano acumulado no trimestre, %)



Fonte: INE.

**Gráfico 14. Venda de veículos ligeiros de passageiros**  
(milhares de unidades)



Fonte: ACAP.

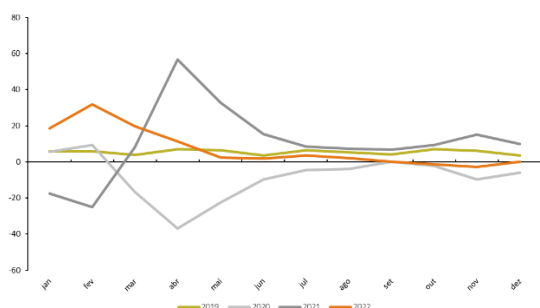
**As vendas de veículos ligeiros de passageiros aumentaram 6,6% em 2022.** No último trimestre de 2022, as vendas de veículos apresentaram uma variação homóloga de 24,6%, sendo que no conjunto do ano, o número de veículos vendidos foi inferior aos valores pré-pandémicos (2019) em 30,2%. Esta evolução reflete um contexto problemático para o setor automóvel, marcado pela crise de semicondutores que impactou negativamente na capacidade de resposta às encomendas<sup>2</sup>, bem como a conjuntura económica internacional, marcada pela guerra na Ucrânia, refletiu-se numa deterioração dos níveis de confiança por parte dos consumidores, sendo que os recentes aumentos das taxas de juro penalizaram as perspetivas de compra por parte dos particulares, o que afetou o consumo privado como um todo.

**As operações nacionais na rede Multibanco ultrapassaram valores de 2019, não obstante variação homóloga negativa no quarto trimestre.** Considerando os dados deflacionados relativos às operações nacionais (pagamentos e levantamentos), no conjunto do quarto trimestre, registou-se uma variação homóloga negativa de 1,2%, indiciando uma possível desaceleração mais acentuada do consumo privado de bens não duradouros. Contudo, no último mês de dezembro, a variação homóloga das operações nacionais na rede Multibanco foi de 0,2%, o que corresponde a uma inversão da tendência de quebra nos meses de outubro e novembro (-1,3% e -2,7%, respetivamente). No conjunto do ano, as operações

<sup>2</sup> Esta crise dos semicondutores é um reflexo da dependência da indústria automóvel, e não só, relativamente a países asiáticos como a China, Taiwan e Malásia, os quais passaram por um conjunto de confinamentos e restrições à mobilidade, que no caso da China se prolongaram durante 2022, assim como o aumento da procura de *chips* por parte de outras indústrias, que afetaram negativamente a oferta de *chips* para a indústria automóvel.

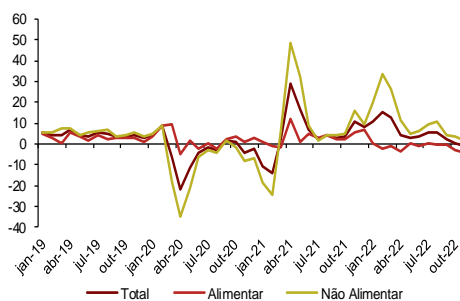
nacionais registaram um crescimento de 6% face ao ano anterior, situando-se 5,8% acima dos valores de 2019.

**Gráfico 15. Operações nacionais na rede Multibanco**  
(milhões de euros, dados deflacionados)



Fonte: SIBS, cálculos GPEARI.

**Gráfico 16. Índice de volume de negócios no comércio a retalho**  
(tvh, %, MM3)

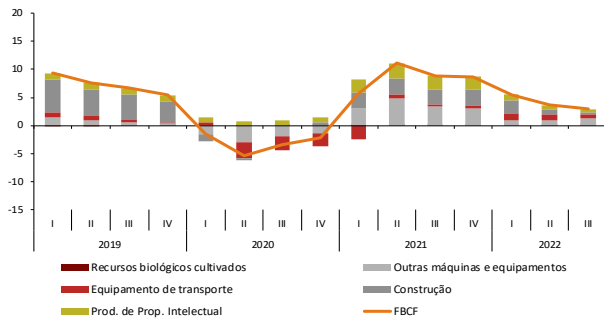


Fonte: INE.

**O comércio a retalho prossegue abrandamento pelo terceiro mês consecutivo, reforçando as perspetivas de abrandamento do consumo privado no quarto trimestre de 2022.** O índice de volume de negócios do comércio a retalho (índice deflacionado, ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade) registou, no trimestre terminado em novembro, uma variação homóloga de 0,5%, que corresponde à taxa mais baixa desde março de 2021 (altura em que a variação homóloga tinha sido de -7,7%). No caso da componente alimentar, registou-se uma variação negativa pelo segundo mês consecutivo (-2,7% em novembro, -1,2% em outubro). Já no caso da componente não alimentar, a variação homóloga manteve-se positiva, embora com um perfil de desaceleração que se regista desde o mês de setembro. Assim, no mês de novembro, a taxa de variação homóloga foi de 3%, menos 3 p.p. face ao trimestre terminado em outubro.

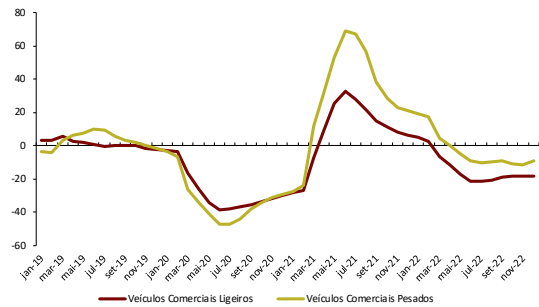
**Nos primeiros três trimestres de 2022, o investimento manteve a trajetória de desaceleração do crescimento em termos homólogos.** A formação bruta de capital fixo (FBCF) manteve igualmente a trajetória de desaceleração com um crescimento homólogo acumulado de 3%, contra 3,6% no primeiro semestre, ainda que em cadeia esta tenha sido mesmo negativa em 1,3%. Para esta evolução contribuíram em sentido positivo todas as componentes da FBCF. No entanto, à exceção das outras máquinas e equipamentos, todas as restantes componentes registaram uma redução do seu contributo para a FBCF. A construção manteve a tendência de desaceleração que já vinha apresentando, passando de uma variação homóloga de 1,9% no primeiro semestre para 0,8% no final do terceiro trimestre. De igual modo, os equipamentos de transporte registaram uma queda da variação homóloga acumulada, a qual era de 14,3% no primeiro semestre e passou para 9,5% até setembro. Dentre estes, a venda de veículos comerciais ligeiros registou uma redução de 18,2% em 2022, enquanto a redução nas vendas de veículos comerciais pesados de mercadorias se cifrou em 4%, não obstante ter tido um forte impulso no último mês do ano, com um crescimento homólogo de 77,3%. Em sentido contrário, as importações de máquinas e outros bens de capital registaram uma aceleração do crescimento homólogo acumulado de 14,9%, no primeiro semestre, para 20,3%, nos três primeiros trimestres do ano.

**Gráfico 17. Formação bruta de capital fixo e contributos**  
(tvh, %, p.p.)



Fonte: INE.

**Gráfico 18. Vendas de veículos comerciais**  
(tvh, %, MM3)



Fonte: ACAP.

À semelhança do trimestre anterior, o setor da construção manteve uma evolução negativa. Isto é particularmente relevante, tendo em conta que o investimento em construção representa 48% da FBCF. Com efeito, dada a sua evolução homóloga acumulada de 1,2%, a construção contribui apenas em 0,4 p.p. para a evolução da FBCF, metade do contributo no primeiro semestre. Um desempenho semelhante verifica-se também no VAB da construção, que desacelera em termos homólogos acumulados para 1,1% (contra 1,8% no primeiro semestre). Neste mesmo sentido, verifica-se uma continuação da desaceleração das vendas de cimento, as quais registaram um crescimento de 1,5% em 2022, face a 5,8% em 2021. Também as licenças de construção desaceleraram em termos homólogos acumulados no terceiro trimestre; contudo, os primeiros meses do quarto trimestre indiciam uma inversão desta tendência.

**Caixa 3. Análise e Perspetivas do Setor da Construção**

O fraco desempenho do setor da construção, que representa cerca de metade da FBCF, é visível no seu contributo menos positivo para a evolução do investimento, bem como na redução homóloga do seu valor acrescentado. O inquérito mensal de conjuntura à construção e obras públicas apresenta informação relevante, nomeadamente sobre os fatores limitativos à capacidade de produção. Enquanto no período pré-pandemia os fatores limitativos eram essencialmente ao nível de escassez de mão-de-obra e falta de procura, a tendência alterou-se com a pandemia, com a quebra das preocupações afetas à mão-de-obra e o surgimento de preocupações relacionadas com outros fatores. É de notar que o surgimento das preocupações relativas à escassez de materiais se inicia logo no verão de 2021, bem como o ressurgimento das relativas à mão-de-obra, algo que ocorre meio ano antes do início da invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Tal evidencia como os constrangimentos nas cadeias de abastecimento se iniciaram ainda antes da invasão russa, que os veio posteriormente agravar.

Ao longo de 2022, o setor tem continuado a enfrentar os constrangimentos relacionados quer com o aumento pronunciado dos preços dos materiais, com os custos da construção de habitação nova a aumentarem 18,5% em termos homólogos no fim do terceiro trimestre de 2022, quer relativos à contratação de mão de obra, cujos custos têm vindo igualmente a subir (6,1% de variação homóloga no fim do terceiro trimestre). Em particular, no que concerne ao mercado das obras públicas, registou-se uma evolução menos negativa no acumulado dos primeiros dez meses do ano, face ao registado até ao mês anterior. O volume de concursos de empreitadas de obras públicas diminuiu 10,8% em termos homólogos



(-15,9% no mês anterior) e o volume de contratos celebrados regista uma variação homóloga de -31,6% (-36,5% no mês anterior)<sup>3</sup>.

Ainda em 2022 surgiu também a crescente preocupação do setor com a evolução das taxas de juro, que têm vindo a subir por efeito do combate à inflação por parte do BCE, figurando como um fator adicional negativo para a evolução do investimento.

A taxa de variação homóloga dos custos de construção de habitação nova encontrava-se relativamente estável até ao início da pandemia COVID-19, período durante o qual registou uma tendência de desaceleração, com algumas irregularidades, até ao início de 2021. A partir desse período, verificou-se um aumento das taxas de variação homólogas, mais pronunciado no caso dos materiais, que atingiu inclusive um máximo histórico no mês de abril de 2022. O setor debate-se, por isso, com uma dupla problemática quer ao nível da mão-de-obra quer dos materiais, onde existe simultaneamente uma aceleração do aumento dos custos associados e um problema de escassez.

O nível de emprego no setor da construção tem vindo consistentemente a aumentar em termos homólogos ao longo de 2021. No entanto, o facto da taxa de desemprego em Portugal se encontrar em valores historicamente baixos, possivelmente perto de um cenário de pleno emprego, pode explicar a dificuldade acrescida ao nível da contratação neste setor. Paralelamente, os custos de trabalho têm vindo também a aumentar acentuadamente em termos homólogos em 2022, sugerindo que os aumentos verificados neste setor não lhe são exclusivos.

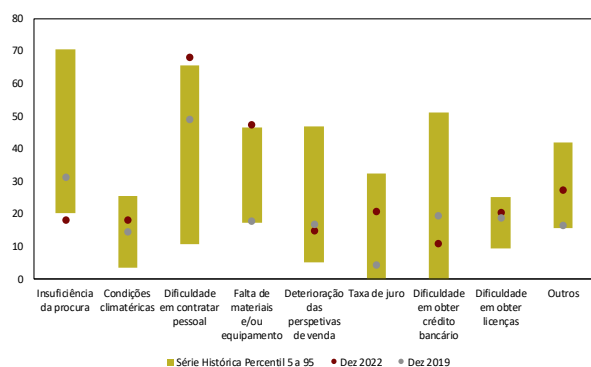
Ao nível dos metais mais relevantes para o setor da construção, como o ferro, o alumínio, o cobre e o níquel, as disrupções nas cadeias de abastecimento, resultantes quer dos constrangimentos da pandemia quer da guerra, provocaram acentuadas variações de preços. As subidas de preço começaram, no entanto, bem antes da guerra, com o ferro, no início do verão de 2021, a atingir um preço 150% superior ao registado no início de 2019. Os restantes metais tiveram igualmente acentuadas subidas, ainda que comparativamente inferiores. Com o espoletar da guerra, verificaram-se novamente subidas significativas, em particular no caso do níquel, de importante aplicação no aço inoxidável e noutras ligas para construção, que em abril de 2022 encontrava-se 294% acima do valor de janeiro de 2019. Estes movimentos podem ser parcialmente explicados por a Rússia ser responsável por 5,5% da produção mundial de alumínio, e por deter 11% da produção mundial de níquel. A incerteza criada pelo conflito gera ainda outros *spillovers* para o mercado global, que acentuam as variações dos preços das matérias-primas.

Os desafios que o setor enfrenta, que não são exclusivos a Portugal e se têm vindo igualmente a verificar noutros estados-membros da UE, condicionam, portanto, a evolução do investimento em construção nos últimos trimestres. A Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) estima que o VAB do setor tenha crescido em 4,3% em 2021 e 3,4% em 2022. Esta redução na taxa de crescimento poderá dever-se, em parte, ao dissipar do efeito base que, por via do fraco desempenho em 2020, potenciou o crescimento do ano seguinte. Não obstante, o intervalo de previsões de crescimento para 2023 cifra-se entre 2,4% e 4,4%, podendo, portanto, representar uma desaceleração ou estagnação.

<sup>3</sup> Dados da Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas (FEPICOP).

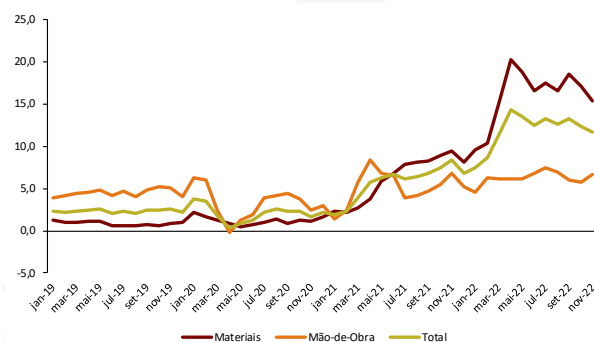
Para as perspetivas futuras do setor serão igualmente relevantes os investimentos previstos do PRR, nomeadamente no que concerne ao investimento em infraestruturas, em habitação ou na eficiência energética dos edifícios. No entanto, embora o valor da verba do PRR figure como uma vantagem comparativa para a economia portuguesa capaz de sustentar uma evolução mais favorável do investimento em relação à média da área do euro, os seus níveis de execução, ao serem futuramente reforçados, contribuirão positivamente para as perspetivas de evolução do setor da construção, bem como do investimento no seu agregado.

**Gráfico 19. Fatores limitativos à construção e obras públicas (%)**



Fonte: INE.

**Gráfico 20. Índice de custos de construção de habitação nova (tvh, %)**



Fonte: INE.

## Mercado de Trabalho

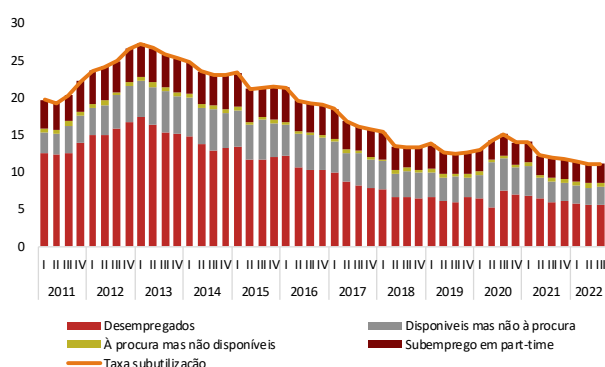
**Mercado de trabalho resiliente, até terceiro trimestre de 2022, com ligeiros sinais de abrandamento nos últimos meses do ano.** Nos três primeiros trimestres de 2022, verificou-se uma diminuição da população desempregada face ao período homólogo, sendo que no terceiro trimestre houve uma diminuição de 4%, ou seja, cerca de 47 mil indivíduos, em virtude do aumento da população empregada ter sido sempre superior ao aumento da população ativa (de julho a setembro houve um aumento de 51 mil e 38 mil indivíduos, respetivamente, face a igual período de 2021). Consequentemente, de janeiro a setembro, a taxa de desemprego manteve-se abaixo dos 6% (no terceiro trimestre esta situou-se nos 5,8% face aos 6,1% do período homólogo). Mais de metade do total de desempregados permaneceu nessa situação nos três trimestres do ano (uma média de aproximadamente 55% face aos 52% do período homólogo). No terceiro trimestre, 26,1% (78,1 mil) dos desempregados transitaram para o emprego e 20% (59,8 mil) para a inatividade, valores superiores ao trimestre anterior. Transitaram mais pessoas, no total do terceiro trimestre, para o desemprego (144,8 mil) do que as que saíram dessa situação (137,9 mil), o que se traduziu num aumento líquido do desemprego. No terceiro trimestre, a subutilização do trabalho<sup>4</sup> registou uma redução homóloga de 6,1%. Em concordância, a taxa de subutilização, no terceiro trimestre manteve-se nos 11,2% (menos 0,8 p.p. face ao mesmo período de 2021 e menos 4 p.p. face ao mesmo período de 2020).

**Os dados de novembro dão sinais de abrandamento no mercado de trabalho.** Os dados mais recentes do inquérito mensal ao emprego, referentes a novembro, registaram uma ligeira diminuição da população ativa e da população empregada face ao mês anterior, mantendo, no entanto, uma variação positiva face

<sup>4</sup> Compreende, para além da população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis, e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

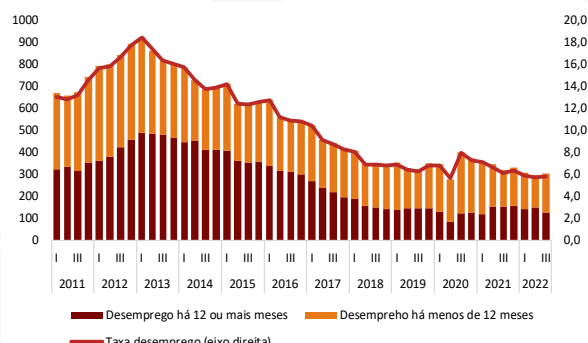
ao período homólogo (0,5% e 0,3%, respetivamente). Já a população desempregada aumentou face ao período homólogo (mais 3,2%) e ao mês anterior (mais 5,9%), registando-se, conseqüentemente, uma taxa de desemprego, em novembro, de 6,4%, o valor mais elevado desde julho de 2021. Analisando os dados do IIEFP, no fim do mês de novembro, encontravam-se 297 mil desempregados registados nos centros de emprego, verificando-se um aumento de 2,6% face ao mês anterior, mas uma diminuição de 14% relativamente ao período homólogo (-18% no mês anterior). O número de desempregados por oferta disponível alcançou o valor mais elevado desde fevereiro de 2022 (19%), mais 0,3 p.p. que o registado no mês anterior.

**Gráfico 21. Taxa subutilização do trabalho e componentes**  
(% da população ativa alargada)



Fonte: INE.

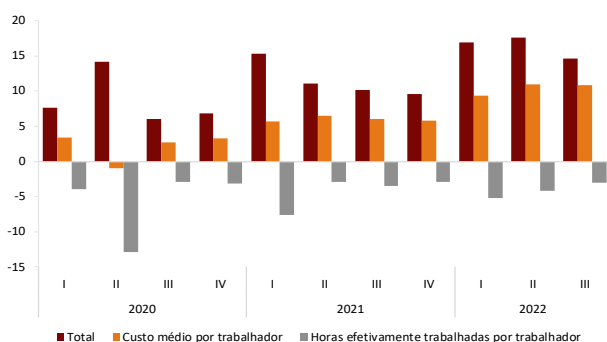
**Gráfico 22. Desemprego de curta e longa duração e taxa de desemprego**  
(%)



Fonte: INE.

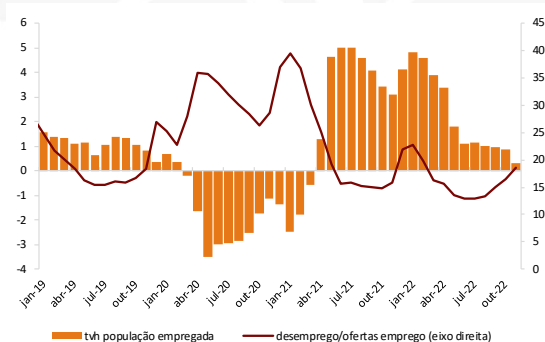
**Os custos do trabalho continuaram a aumentar no terceiro trimestre do ano**, face ao período homólogo. O índice de custo de trabalho (ICT) aumentou 4,1% em termos homólogos no terceiro trimestre do ano (5,9% no segundo), tendo os custos salariais e os outros custos registado um aumento similar (ao contrário de trimestres anteriores em que o aumento dos outros custos foi proeminente). Este crescimento traduziu-se num aumento nos custos médios por trabalhador de 4,6% no terceiro trimestre (4,3% no segundo), sendo que as horas efetivamente trabalhadas aumentaram 0,5% no terceiro trimestre (haviam diminuído 1,3% segundo).

**Gráfico 23. Índice de custos de trabalho**  
(%)



Fonte: INE.

**Gráfico 24. População empregada e desempregados por oferta disponível**  
(tvh, %, número)



Fonte: IIEFP; INE.

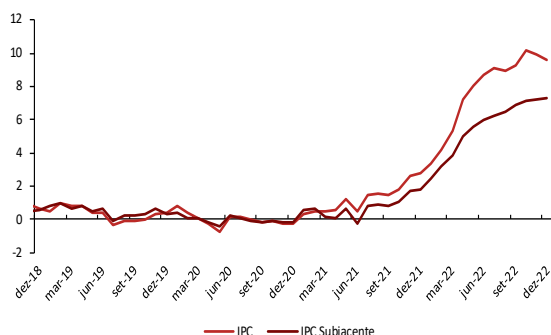
**Aumento na remuneração e na compensação por trabalhador.** No terceiro trimestre, as remunerações por trabalhador aumentaram 6,7% em termos homólogos (4,1% trimestre anterior). Por sua vez, a compensação por trabalhador registou um aumento de 3,9% no terceiro trimestre (4% no segundo).

**Preços**

**A inflação desacelerou nos meses de novembro e dezembro.** Após uma nova aceleração nos meses de setembro e de outubro, em que a taxa de inflação atingiu o valor de 10,1%, o mais elevado desde maio de 1992, o ritmo de crescimento dos preços no consumidor abrandou para 9,9% em novembro e 9,6% em dezembro. No conjunto do ano de 2022, a taxa de inflação foi de 7,8%, o valor mais elevado desde 1992 (altura em que a inflação atingiu os 9,6%), correspondendo a uma forte aceleração relativamente ao valor de 2021 (1,3%).

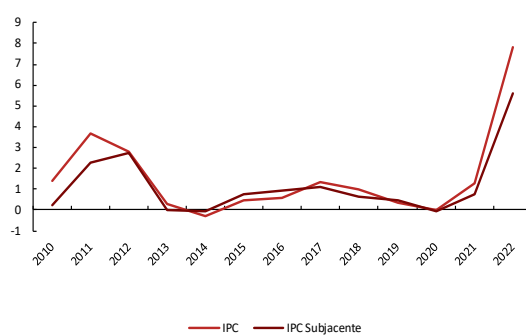
**Contrariamente, a inflação subjacente manteve a tendência ascendente.** Quando verificado o indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos), a variação homóloga foi de 7,3% em dezembro (mais 0,1 p.p. que no mês anterior), sendo o valor mais elevado desde dezembro de 1993. No conjunto do quarto trimestre, a inflação subjacente apresentou uma variação homóloga de 7,2%, a maior desde o último trimestre de 1993. Em termos anuais, a inflação subjacente foi de 5,6%, o valor mais alto desde 1994, correspondendo a uma aceleração de 4,9 p.p. face ao ano anterior.

**Gráfico 25. Inflação e inflação subjacente**  
(tvh, %)



Fonte: INE.

**Gráfico 26. Inflação e inflação subjacente (anual)**  
(tv, %)



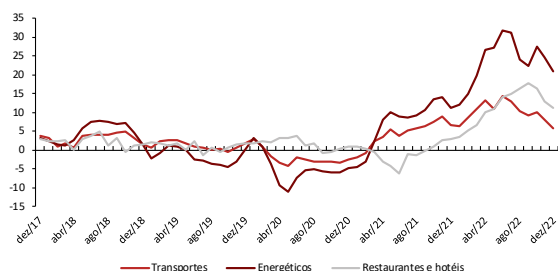
Fonte INE.

**Ligeiro abrandamento da inflação reflete menores contributos das classes de transportes e restaurantes e hotéis.** Desde setembro de 2022 que a classe de transportes tem apresentado contributos menores para a evolução do IPC, sendo que tal situação ocorre igualmente na classe de restaurantes e hotéis desde outubro. Estas classes, que no mês de agosto eram responsáveis pelo segundo e quarto maiores contributos, respetivamente, contribuíram, no mês de dezembro (com variações homólogas, respetivamente, de 5,9% e de 11,2%) com menos de 1 p.p. para a evolução da inflação, sendo ultrapassadas pelas classes de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis e de acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação.

**Os preços dos produtos energéticos desaceleraram nos últimos meses do ano,** tendo a variação homóloga sido de 20,8% em dezembro, menos 3,9 p.p. face a novembro. Deste modo, no quarto trimestre a variação

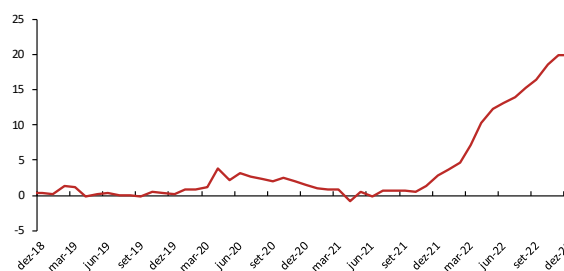
homóloga foi de 24,4% (menos 1,4 p.p. face ao trimestre anterior), enquanto que no conjunto do ano de 2022 registaram um aumento de 23,7% (mais 16,4 p.p. face ao ano anterior), o valor mais elevado desde 1985.

**Gráfico 27. Índice de preços (transportes, energéticos e restaurantes e hotéis) (tvh, %)**



Fonte: INE.

**Gráfico 28. Índice de preços (produtos alimentares e bebidas não alcoólicas) (tvh, %)**

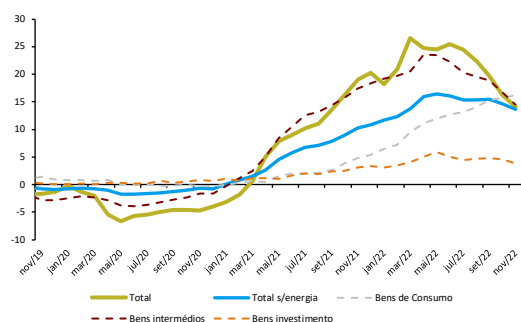


Fonte: INE.

**Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas mantêm variação de preços elevada,** apesar de ligeiro abrandamento. Em dezembro, esta classe cresceu 19,9%, menos 0,1 p.p. face ao mês anterior, após 13 meses consecutivos de aceleração, mantendo o maior contributo para a evolução da inflação. No conjunto do ano de 2022, os preços nesta classe aumentaram 13%, a maior subida desde 1990.

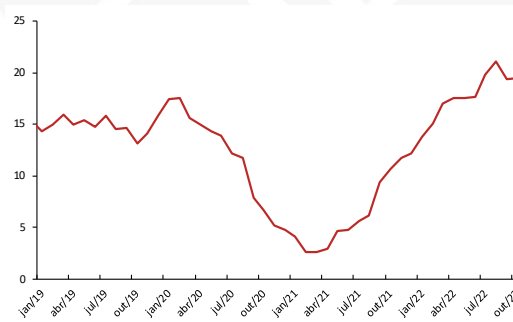
**Os preços na produção industrial prosseguiram desaceleração pelo quinto mês consecutivo.** Nos últimos meses, assistiu-se a uma desaceleração dos preços na produção industrial, sendo que em novembro, a variação homóloga do índice de preços na produção industrial (IPPI) foi de 14,1% (menos 2,2 p.p. que no mês anterior). Esta tendência verifica-se nos agrupamentos de bens intermédios, cuja variação homóloga foi de 14,5% (menos 2,2 p.p. que no mês anterior), de bens de investimento, com crescimento homólogo de 3,8% (menos 0,7 p.p. face ao mês anterior) e da energia, em que a variação homóloga foi de 15,3% (menos 6,4 p.p. face ao mês anterior). Em sentido contrário, o agrupamento de bens de consumo, apresentou uma variação homóloga de 16,2% (mais 0,5 p.p. face ao mês anterior), prologando assim a tendência ascendente iniciada em maio de 2021. Esta evolução verifica-se tanto no caso dos bens duradouros, com crescimento de 7,9% (mais 1,4 p.p. face ao mês anterior) como dos bens não duradouros, com variação homóloga de 17,3% (mais 0,4 p.p. face ao mês anterior).

**Gráfico 29. Índice de preços na produção industrial (tvh, %)**



Fonte: INE.

**Gráfico 30. Índice Confidencial Imobiliário (tvh, %)**



Fonte: Confidencial Imobiliário.

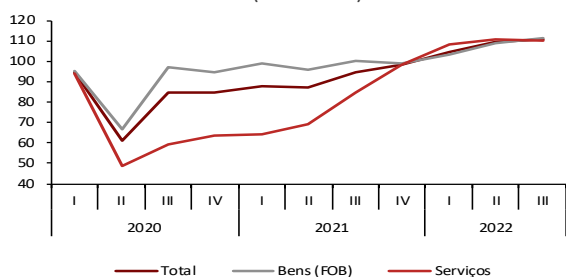
**Os preços no mercado residencial evidenciaram ligeira desaceleração após pico no mês de agosto.** Após se ter atingido um pico em agosto na variação homóloga do índice de preços do mercado residencial<sup>5</sup> (21,1%), em setembro registou-se uma variação homóloga de 19,4% (menos 1,7 p.p. face ao mês anterior), tendo a variação em cadeia sido -0,5% (negativa pela primeira vez desde setembro de 2020); contudo, no mês de outubro voltou a registar-se uma ligeira aceleração na variação homóloga (19,5%), assim como uma variação positiva na variação em cadeia (1,3%).

**Comércio Internacional**

**As exportações portuguesas mantêm crescimento expressivo em contexto económico e geopolítico adverso.** No período de janeiro a setembro de 2022, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, as exportações nominais de bens e serviços cresceram, em termos homólogos, 38,7% passando a representar 49,9% do PIB, um valor muito superior ao registado em igual período de 2019 (43,4%) e muito próximo da meta dos 50% que em 2018 o governo ambicionava atingir em 2025. O limiar dos 50% do PIB foi pela primeira vez superada no segundo trimestre de 2022 (50,6%) e reforçada no terceiro trimestre (51,8%). O crescimento em volume foi igualmente expressivo (20,3%), mas inferior ao crescimento nominal, refletindo a aceleração dos preços implícitos associada à escalada dos custos de produção. Do lado das importações o crescimento foi ligeiramente menos pronunciado, em termos nominais (36,6%) e em termos reais (13,2%). Apesar da deterioração do enquadramento externo, o contributo da procura externa líquida para a variação real do PIB foi positivo (2,4 p.p.), ao contrário do observado em igual período do ano transato (-0,7 p.p.).

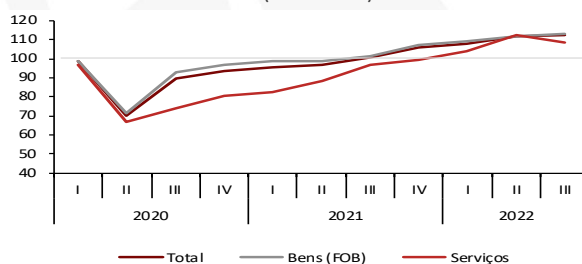
**O crescimento das exportações foi diferenciado por componente,** sendo de destacar o crescimento das exportações de serviços (mais 68,2% em valores nominais e mais 50,7%, em volume) no terceiro trimestre acumulado de 2022, sustentado pela forte recuperação da atividade turística. As exportações de bens também registaram uma evolução positiva, tendo crescido 9,6% em volume. Do lado das importações, a componente de serviços também registou um crescimento em volume maior do que o registado na componente de bens (21,5% e 11,8% em volume, respetivamente).

**Gráfico 31. Exportações de bens e serviços (volume)**  
(2019=100)



Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

**Gráfico 32. Importações de bens e serviços (volume)**  
(2019=100)



Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

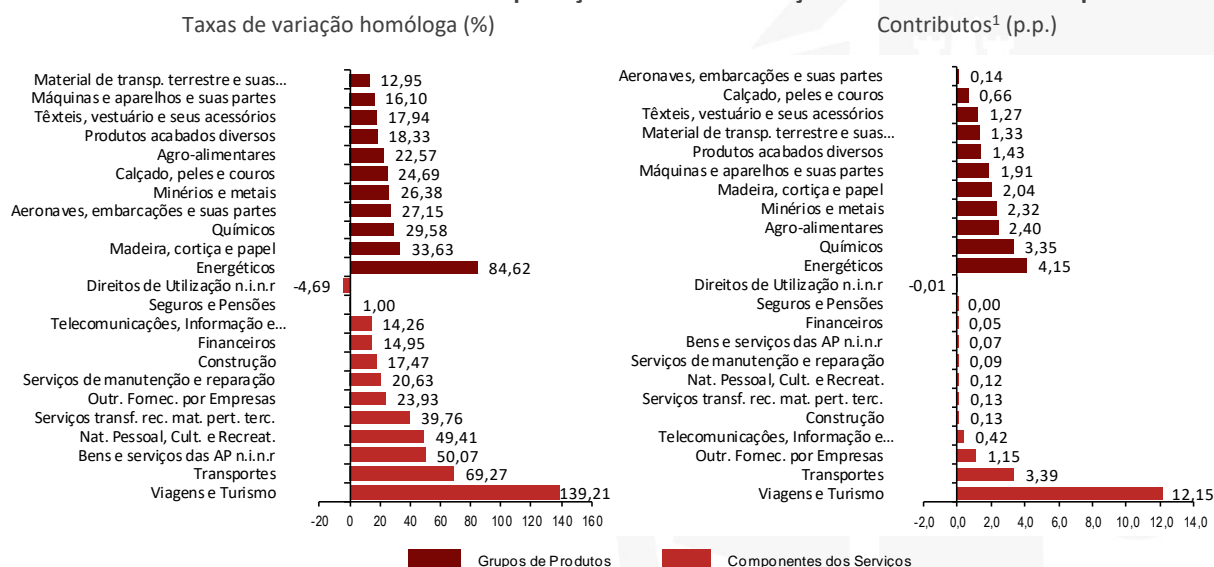
**As exportações nominais para o mercado comunitário** (que nos primeiros nove meses do ano de 2022 representaram 70,4% do total de exportações portuguesas) **cresceram relativamente menos do que as exportações para os países terceiros** (24,3% e 28,9%, respetivamente). As exportações para Espanha, o

<sup>5</sup> Publicado pela Confidencial Imobiliário.

principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (representando 26% do total acumulado até ao trimestre de 2022), registaram o maior contributo para o crescimento das exportações mercadorias (6,8 p.p.), seguidas das exportações para os EUA (3,3 p.p.), a Alemanha (3 p.p.) e França (2,6 p.p.). Do lado das importações, destaca-se igualmente o contributo do mercado espanhol (10,6 p.p.), seguido do contributo das importações do Brasil (3 p.p.), da China (2,4 p.p.) e dos EUA (2,3 p.p.). Em termos de produtos, as exportações e as importações de energéticos mantiveram taxas de variação homólogas muito significativas (84,6% e 123,7%, respetivamente), refletindo sobretudo o crescimento do preço internacional do petróleo *brent*.

**Nos primeiros três trimestres de 2022, a componente de viagens e turismo destaca-se com o maior contributo para o crescimento das exportações totais (mais 12,2 p.p.).** Seguiu-se o contributo dos energéticos (4,2 p.p.) e transportes (3,4 p.p.).

**Gráfico 33. Taxas de crescimento das exportações de bens e serviços e contributos das componentes**



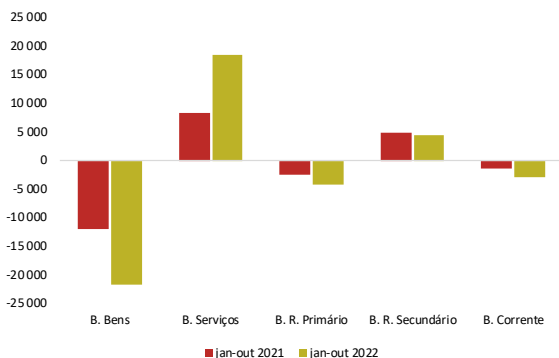
¹ Contributos - análise *shift-share*:  $TVH \times \text{peso no período homólogo anterior} \div 100$ . O somatório corresponde à TVH das exportações de bens e serviços, de acordo com os valores nominais das Contas Nacionais do INE (38,7%).

Fonte: Cálculos do GEE com base em dados das Contas Nacionais, para as exportações de bens e serviços, do Banco de Portugal para o cálculo da estrutura das exportações de serviços e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição dos contributos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as exportações de bens e a estrutura implícita nos dados da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as exportações de serviços.

## Contas Externas

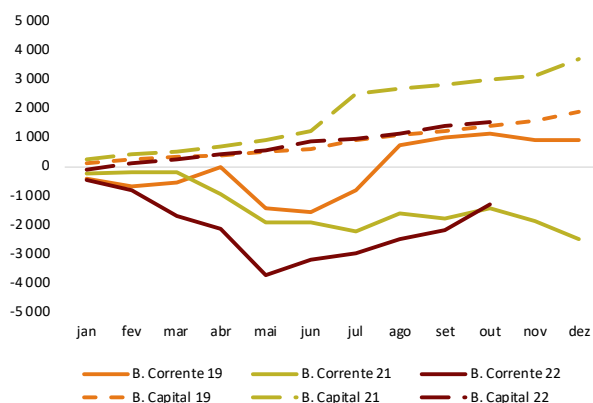
**Défice externo até outubro aumentou significativamente**, face ao período homólogo, para 1,3 mil milhões de euros. Este agravamento (considerando o excedente de 1,6 mil milhões de euros no mesmo período de 2021), justificou-se pelo acréscimo no défice da balança de bens em 9,6 milhões de euros (mais 79,7%), tendo as importações crescido mais do que as exportações, em grande parte devido à diferente evolução dos preços dos bens importados e exportados. A variação homóloga dos preços das importações e exportações, medido pelo índice de valor unitário (IVU), tem vindo a desacelerar (14,1% e 13%, respetivamente, em novembro), após máximos atingidos no verão. Compensado uma parte do aumento do défice da balança de bens, encontra-se o excedente da balança de serviços, impulsionado, principalmente, pelo crescimento da rubrica de viagens e turismo.

**Gráfico 34. Balança corrente e componentes**  
(Acumulado, milhões de euros)



Fonte: BdP.

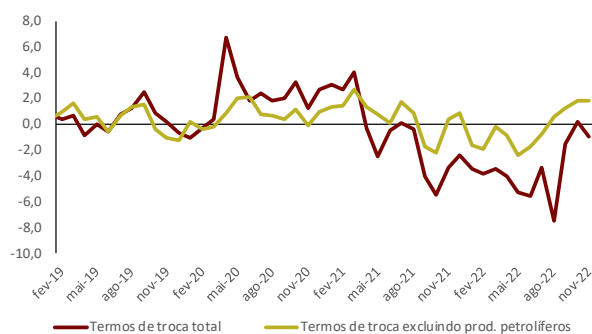
**Gráfico 35. Balança corrente e balança de capital**  
(Acumulado, milhões de euros)



Fonte: BdP.

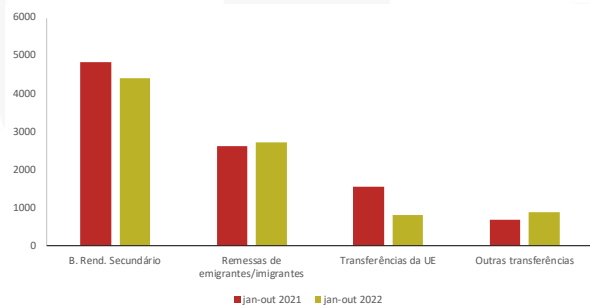
O **défi ce da balança de rendimento primário também aumentou** (para 4,2 mil milhões de euros face aos 2,5 mil milhões do período homólogo) até outubro de 2022, devido ao incremento de pagamentos líquidos de rendimentos de investimento, nomeadamente de dividendos. Para o mesmo período, o saldo acumulado de remessas de emigrantes/imigrantes situava-se nos 2,7 mil milhões de euros, correspondendo a aumento de 4,3% face ao período homólogo. Um saldo positivo registado nas remessas traduz recebimentos de remessas enviadas para Portugal superiores às enviadas para o estrangeiro, o que contribuiu para compensar, em parte, a menor atribuição de fundos europeus aos beneficiários finais, da qual resultou uma diminuição do excedente da balança de rendimento secundário. Na balança de capital, registo para um excedente de 1,6 mil milhões de euros, uma acentuada redução face ao período homólogo (3 mil milhões), o que se deveu a um efeito de base resultante do recebimento excecional, em julho de 2021, da devolução da margem financeira relacionada com o programa de assistência económica e financeira.

**Gráfico 36. Termos de troca**  
(% PIB, MM4)



Fonte: INE.

**Gráfico 37. Balança de rendimento secundário**  
(% PIB, MM4)



Fonte: BdP.

**Financiamento e Endividamento das Sociedades Não Financeiras**

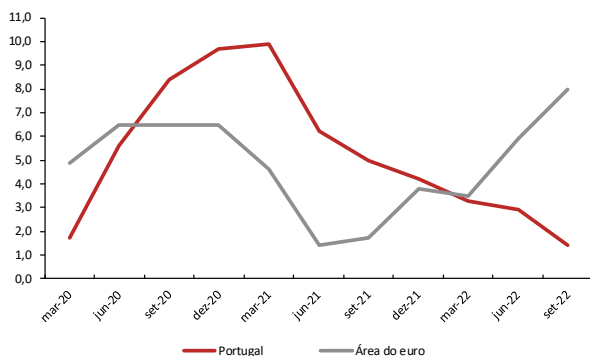
O **stock de crédito bancário às empresas continua em desaceleração desde março de 2021**. No final de setembro de 2022, o *stock* de empréstimos bancários às empresas em Portugal foi de 76,6 mil milhões de



euros, representando um crescimento de 1,4% (taxa de variação anual<sup>6</sup> – tva), inferior ao verificado em junho de 2022 (2,9%). Em setembro de 2022, a área do euro manteve a tendência de aceleração que se observava desde março de 2022, aumentando 8% (tva), mais 2,1 p.p. face a junho de 2022. Segundo o BCE, este forte crescimento reflete necessidades de financiamento para inventários e de fundo de maneo e um afastamento da emissão de títulos de dívida que apresentam custos de financiamento superiores. As necessidades de fundo de maneo face às disrupções das cadeias de valor, custos elevados com matérias-primas e incerteza explicam o contributo maioritário dos empréstimos de curta-duração para o crescimento dos empréstimos às empresas na área do euro. O contributo reduzido dos empréstimos a longo-prazo reflete o fraco investimento e deterioração da confiança das empresas (*Economic Bulletin* novembro 2022, BCE).

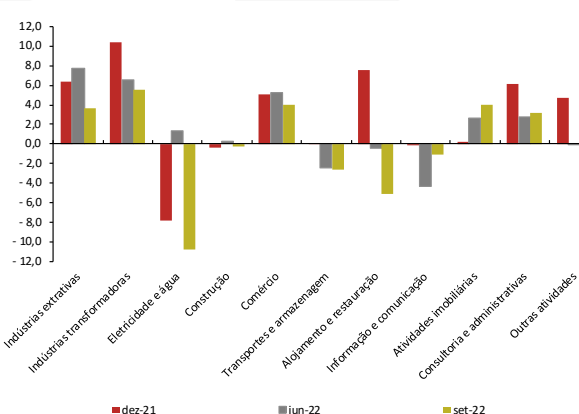
**No final do terceiro trimestre de 2022, o stock de crédito bancário apresentou uma desaceleração ou diminuiu na generalidade dos setores.** A nível setorial observa-se alguma heterogeneidade, tendo os setores da eletricidade, gás e água (-10,8%, tva), transportes e armazenagem (-2,6%, tva), alojamento e restauração (-5,2%, tva), informação e comunicação (-1,2%, tva) e outros serviços (-1,2%) apresentado em setembro de 2022 uma diminuição do stock de empréstimos bancários. A desaceleração face a junho de 2022 foi transversal à generalidade dos setores com a exceção dos setores da informação e comunicação (mais 3,2 p.p.), atividades imobiliárias (mais 1,3 p.p.) e consultoria e administrativas (mais 0,9 p.p.).

**Gráfico 38. Stock de empréstimos bancários (tva, %)**



Fonte: BdP.

**Gráfico 39. Stock de empréstimos bancários por setores (tva, %)**



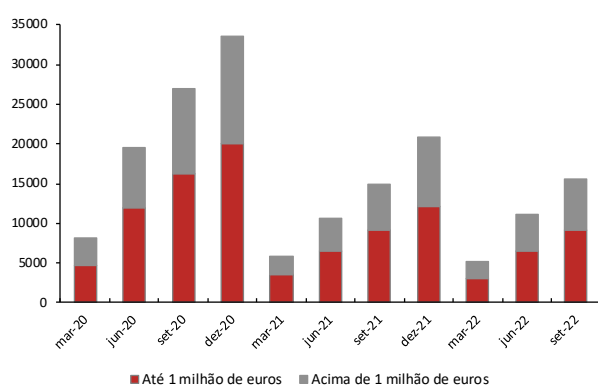
Fonte: BdP.

**O montante dos novos empréstimos bancários às empresas apresentou um crescimento homólogo nos primeiros três trimestres de 2022.** Entre janeiro e setembro de 2022, o montante dos novos empréstimos bancários às empresas foi de 15 635 milhões de euros, mais 727 milhões de euros face ao período homólogo, a que corresponde uma taxa de variação homóloga de 4,9%. Uma análise por escalão de montante mostra que, entre janeiro e setembro de 2022, o montante dos novos empréstimos até 1 milhão de euros aumentou 0,5% (mais 43 milhões de euros), enquanto o montante dos novos empréstimos acima de 1 milhão de euros aumentou 11,8% (mais 684 milhões de euros), face ao período homólogo.

<sup>6</sup> A taxa de variação anual (tva) compara o nível de uma variável num determinado momento do tempo com o nível observado um ano antes (à semelhança da taxa de variação homóloga), mas faz essa comparação excluindo o impacto das variações que não tenham sido motivadas por transações propriamente ditas.

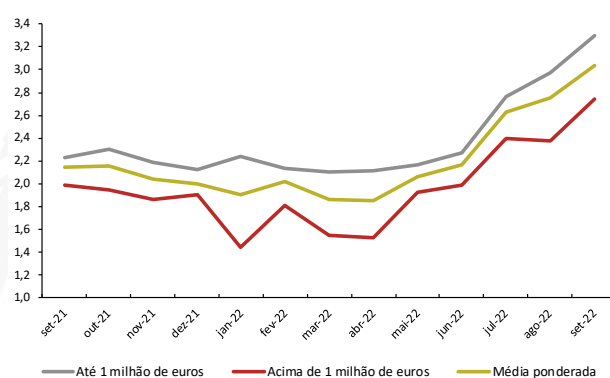
**As taxas de juro continuaram a aumentar no final do terceiro trimestre de 2022.** Em setembro de 2022, face à subida das taxas de referência do BCE em julho e em setembro, em 50 p.b. e 75 p.b., respetivamente, a taxa de juro média dos novos empréstimos às empresas aumentou para 3,03% em Portugal e para 2,39% na área do euro (contribuindo para um aumento, face a junho de 2022, do *spread* para 0,64 p.p.). A taxa de juro aplicada aos novos empréstimos até 1 milhão de euros aumentou para 3,30% em Portugal e para 2,58% na área do euro (aumento do *spread* para 0,72 p.p.). Nos novos empréstimos acima de 1 milhão de euros a taxa de juro aplicada aumentou para 2,73% em Portugal e para 2,33% na área do euro, o que resultou num aumento do *spread* entre as duas taxas para 0,40 p.p. Registou-se, assim, um maior aumento do *spread* entre Portugal e a área do euro na taxa de juro aplicada aos novos empréstimos até 1 milhão de euros, tipicamente associados ao financiamento das pequenas e médias empresas.

**Gráfico 40. Novos empréstimos às SNF**  
(milhões de euros)



Fonte: BdP.

**Gráfico 41. Taxa de juro média**  
(p.p.)

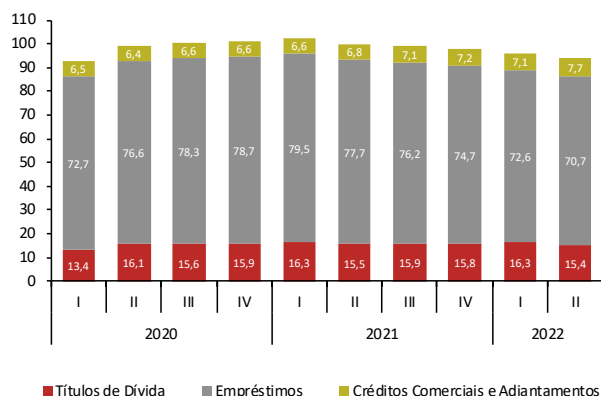


Fonte: BCE.

**A capacidade de as empresas fazerem face a um aumento das taxas de juro é superior à de crises anteriores,** devido à redução do endividamento e ao aumento do capital das empresas entre a crise da dívida soberana e a crise pandémica, assim como à recuperação da rentabilidade das empresas após o choque pandémico e à acumulação de depósitos pelas empresas durante a crise pandémica, que reforçou o aumento da liquidez já observado desde 2013. Não obstante, estas mitigantes poderão ser de menor valia nas empresas mais impactadas pela crise pandémica e/ou pelo aumento dos custos da energia e/ou outras matérias-primas (REF novembro de 2022, Banco de Portugal). Segundo o Inquérito aos Bancos sobre o mercado de Crédito (Banco de Portugal), os critérios de concessão de crédito (sobretudo nos empréstimos de longo prazo a PME) e os termos e condições de novos empréstimos a empresas foram mais restritivos no terceiro trimestre de 2022, face à perceção do risco associado à situação atual e perspetivas económicas.

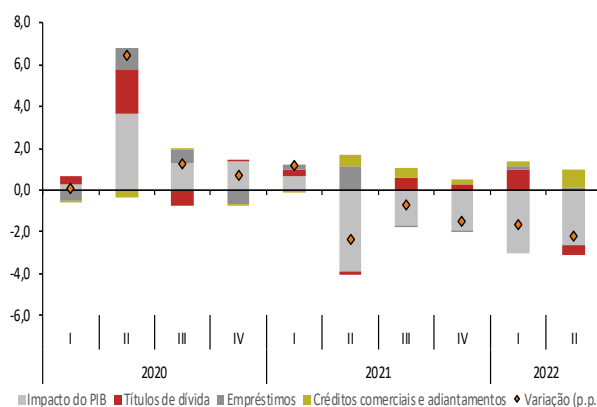
**A dívida das sociedades não financeiras (SNF), em percentagem do PIB, volta a diminuir no segundo trimestre de 2022 para 93,8%.** No final do segundo trimestre de 2022, a dívida das SNF, em percentagem do PIB diminuiu 2,2 p.p. (face ao trimestre anterior) e 3,9 p.p. (face ao final de 2021). A evolução da dívida das SNF é explicada, maioritariamente, pelo impacto do crescimento do PIB, e em menor escala pela diminuição nominal dos títulos de dívida, cujos contributos negativos mais do que compensaram os aumentos nominais das componentes Créditos comerciais e adiantamentos e Empréstimos. Em relação ao final de 2019 a dívida das SNF em percentagem do PIB aumentou 1,2 p.p.

**Gráfico 42. Evolução da dívida das SNF (% do PIB)**



Fonte: BdP.

**Gráfico 43. Contributos para a variação da dívida das SNF (%)**

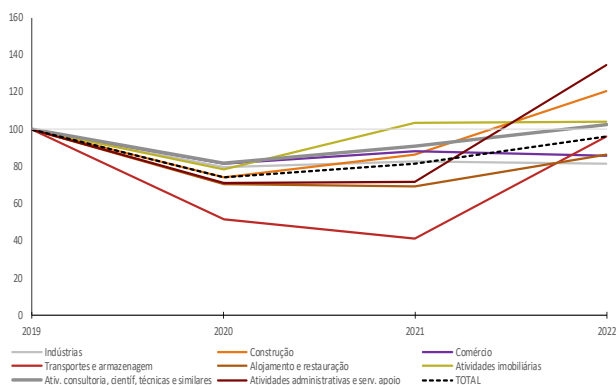


Fonte: BdP.

## Dinamismo Empresarial

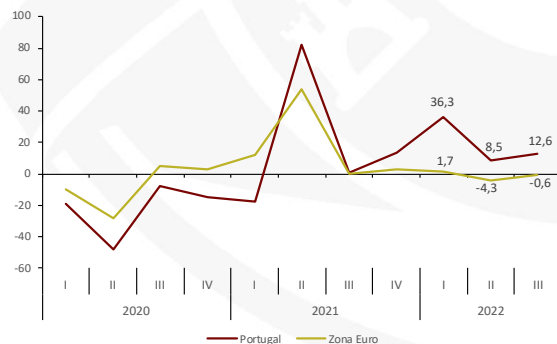
No final do terceiro trimestre de 2022, a constituição de empresas em Portugal situava-se ligeiramente abaixo do nível pré-pandemia. Até ao final do terceiro trimestre, o número de empresas constituídas (35 139) quase atingiu o número registado no mesmo período de 2019 (36 577), situando-se 3,9% abaixo. O setor que apresentou maior crescimento nos três primeiros trimestres do ano, face a igual período de 2019, foi o das atividades administrativas e serviços de apoio (com 2 255 novas empresas, mais 34,9% que no mesmo período de 2019), seguindo-se o setor da construção (5 138 empresas criadas, mais 20,6%), as atividades imobiliárias (3 508 novas empresas, mais 4,3%) e as atividades de consultoria (3 926 empresas, mais 2,7%). De assinalar também o crescimento verificado no setor dos transportes e armazenagem nos três primeiros trimestres de 2022 (3 110 novas empresas e uma variação homóloga acumulada de 132,3%), posicionando-se apenas 3,7% abaixo do número de empresas constituídas no mesmo período de 2019, após a redução significativa dos últimos dois anos. No terceiro trimestre de 2022, a constituição de empresas em Portugal registava uma variação homóloga de 12,6%, enquanto a área do euro apresentava uma variação homóloga de -0,6%.

**Gráfico 44. Constituição de novas empresas (Valores acumulados ao 3º trimestre; Índice 2019 = 100)**



Fonte: INE.

**Gráfico 45. Constituição de empresas (VH)**

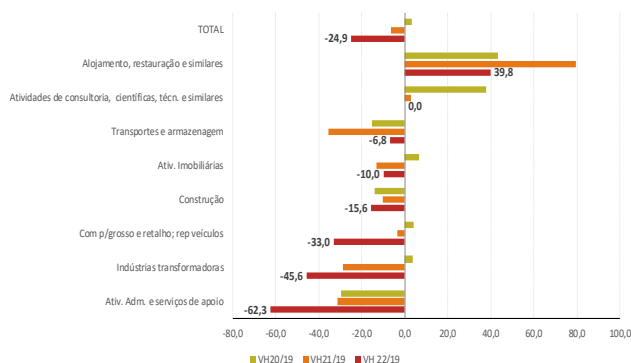


Série da área do euro (dados para o conjunto de países disponíveis).

Fonte: EUROSTAT.

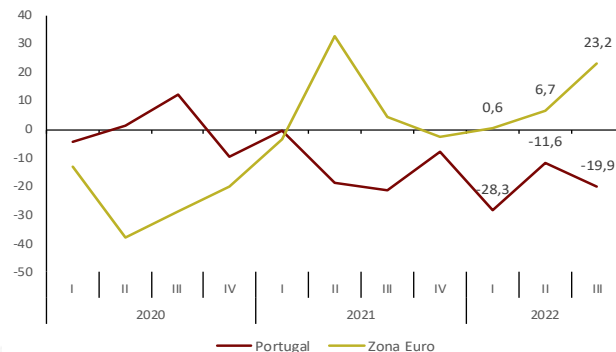
As insolvências decretadas no primeiro semestre de 2022 continuam abaixo do período pré-pandemia. O setor do alojamento, restauração e similares foi o único que, no final do primeiro semestre deste ano, ultrapassou o número de insolvências decretadas no primeiro semestre de 2019. Para os restantes setores de atividade, as insolvências decretadas continuam abaixo do registado no mesmo período pré-pandemia. Os processos de insolvência em Portugal registaram uma variação homóloga de -19,9% no final do terceiro trimestre enquanto na área do euro se verificava um crescimento homólogo de 23,2%.

**Gráfico 46. Insolvências decretadas**  
(VH face a 1.º Semestre 2019)



Fonte: DGPJ.

**Gráfico 47. Processos de insolvência**  
(VH)

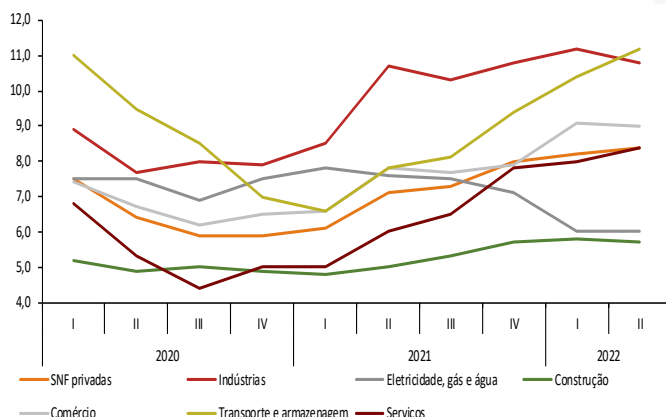


Série da área do euro (dados para o conjunto de países disponíveis).

Fonte: EUROSTAT.

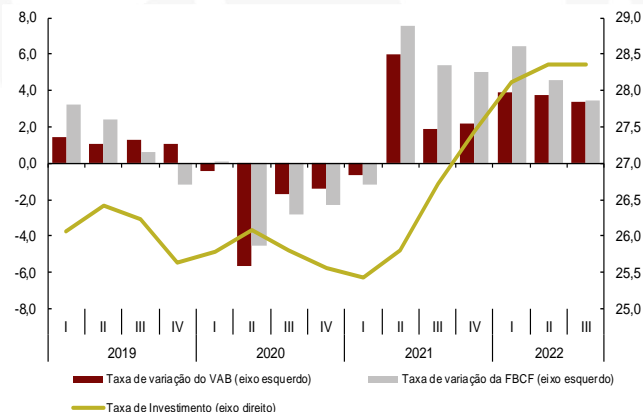
No final do primeiro semestre de 2022, a rentabilidade do ativo (EBITDA em percentagem do ativo total) do conjunto das SNF portuguesas continuou a recuperação que teve início no primeiro trimestre de 2021, situando-se em 8,4% (mais 0,4 p.p. face a 2021). Excetua-se as empresas de eletricidade, gás e água que apresentaram diminuições da rentabilidade do ativo, (6% em 2022, face a 7,1% em 2021) o que reflete as perturbações nos mercados de energia. O setor dos transportes e armazenagem apresentou, no final do primeiro semestre de 2022, a maior rentabilidade do ativo (11,2%).

**Gráfico 48. Rentabilidade do ativo das SNF**  
(EBITDA em % do ativo total)



Fonte: BdP.

**Gráfico 49. Taxa de investimento (FBCF/VAB), taxa de variação do VAB e taxa de variação da FBCF**  
(%, ano acabado no trimestre)



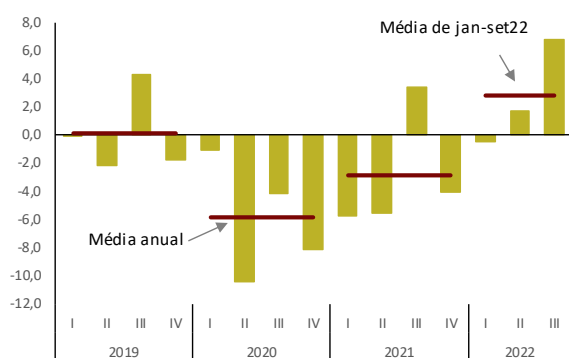
Fonte: INE.

No terceiro trimestre de 2022, o Valor Acrescentado Bruto (VAB, ano acabado no trimestre) das SNF, assim como o Investimento (FBCF, ano acabado no trimestre) continuaram a aumentar. A FBCF por parte das SNF e o VAB gerado por estas aumentaram ambos 3,4% face ao trimestre anterior, 21% e 14% face ao período homólogo do ano anterior, respetivamente (situando-se 21,7% e 12,6 acima do montante do terceiro trimestre de 2019, pela mesma ordem). Estes aumentos representam uma taxa de investimento de 28,4% no terceiro trimestre de 2022, praticamente inalterada face ao trimestre anterior, e 1,7 p.p. e 2,1 p.p. superior ao trimestre homólogo de 2021 e 2019, respetivamente.

**Finanças Públicas**

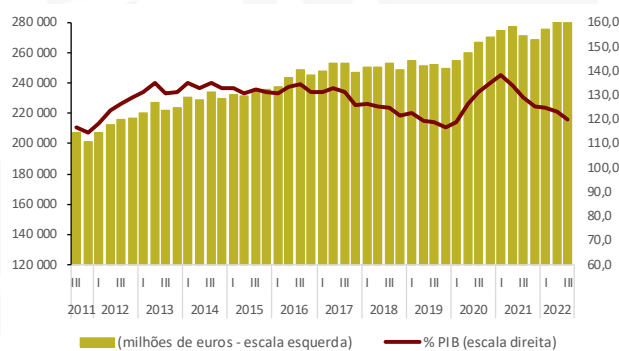
**Excedente orçamental de 2,8% do PIB.** O saldo das administrações públicas registou um valor positivo nos três primeiros trimestres de 2022, equivalente a 2,8% do PIB (-2,5% do PIB no período homólogo de 2021). Esta melhoria resultou do efeito conjugado do aumento da receita (em 11,6%) e da diminuição da despesa (em 1,1%).

**Gráfico 50. Saldo das administrações públicas (% do PIB)**



Fonte: INE.

**Gráfico 51. Dívida pública (ótica de Maastricht) (% do PIB)**



Fonte: INE e BdP.

**Receita aumentou 11,6%.** Para este aumento contribuíram as receitas fiscais e contributivas e as vendas, tendo as outras receitas correntes e a receita de capital registado uma diminuição. Os maiores contributos positivos resultaram dos impostos diretos (sendo que o aumento do IRC reflete um efeito base, uma vez que compara com um resultado em 2021 que foi essencialmente condicionado pelo comportamento dos lucros das empresas em 2020), dos impostos indiretos (com destaque para o IVA que aumentou 22,9%, em termos homólogos, refletindo, em parte, os efeitos do aumento da inflação) e das contribuições sociais, refletindo a evolução positiva do consumo privado e do mercado de trabalho face ao período homólogo, o qual foi ainda marcado por medidas de confinamento que restringiram a atividade económica. A outra receita corrente diminuiu 24,5%, reflexo, em larga medida, da menor utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa realizada no combate à pandemia de COVID-19, tendo, contudo, impacto neutro no saldo. A diminuição da receita de capital em 51,8% reflete um efeito base associado ao reembolso da margem pré-paga e respetivos juros de aplicação, que ocorreu no terceiro trimestre de 2021, no montante de 1 114,2 milhões de euros, retida aquando da concessão do empréstimo do Fundo Europeu de Estabilização Financeira ao Estado, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

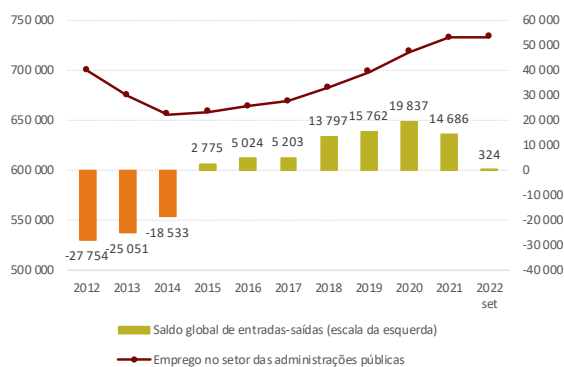
**Despesa diminuiu 1,1%.** Esta evolução foi determinada pela redução da despesa corrente em 0,4 p.p. e da despesa de capital em 0,8 p.p. A redução da despesa corrente reflete principalmente o menor impacto das medidas relacionadas com o combate à pandemia. Destaca-se a redução significativa do contributo das despesas com subsídios às empresas, refletindo a redução acentuada dos apoios pagos às empresas no

contexto da mitigação dos efeitos económicos da pandemia de COVID-19, com destaque para os apoios no âmbito do *layoff* simplificado, do apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade e do incentivo à normalização. A despesa com juros contribuiu igualmente para a redução da despesa corrente, tendo diminuído 9,8%. Em sentido contrário, verificaram-se aumentos nas restantes componentes da despesa corrente. Destacam-se os contributos das prestações sociais que aumentaram 3,1%, em resultado principalmente do aumento da despesa associada à vacinação contra a COVID-19 e à realização de testes de diagnóstico, do aumento da despesa com pensões e com os subsídios por doença e parentalidade, parcialmente mitigados pela redução da despesa com subsídios de desemprego. O consumo intermédio aumentou 5,1% e as despesas com pessoal cresceram 3,1%, em resultado do aumento em 1,3% do emprego nas administrações públicas, de atualizações salariais e valorizações remuneratórias. Na despesa de capital, refira-se o aumento do investimento público (FBCF) em 9,8%, destacando-se o contributo dos investimentos no setor dos transportes.

**Dívida pública diminuiu para 120,1% do PIB**, no final de setembro de 2022, menos 5,4 p.p. face ao final de 2021. Esta redução reflete essencialmente o efeito do denominador (PIB), na medida em que o *stock* da dívida pública aumentou para 279,9 mil milhões de euros (10,6 mil milhões de euros acima do valor registado no final de 2021).

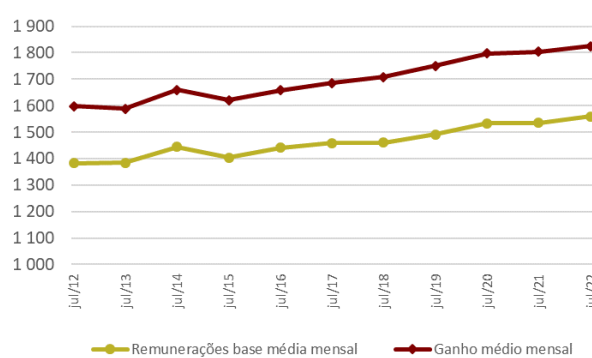
**Melhoria do rating da dívida pública.** O retorno à trajetória de redução do rácio da dívida pública verificada ao longo de 2021 e 2022 contribuiu para uma melhoria do *rating* da República. Em outubro de 2022, a agência Fitch subiu o *rating* da dívida pública portuguesa para BBB+. Esta foi a quarta melhoria do *rating* da República nestes dois anos depois de, em 2021, a Moody's ter subido a notação de *rating* de Portugal, de Baa3 para Baa2 e, em agosto e setembro de 2022, as agências de *rating* Standard & Poor's e DBRS Ratings terem subido, respetivamente, a notação de BBB para BBB+ e BBB (high) para A (low), ao fim de 11 anos sem alterações. A Fitch destacou como fatores positivos o desempenho orçamental de Portugal, que tem superado sucessivamente o dos países já na categoria BBB e também o dos pares europeus, e a trajetória de contínua redução da dívida de médio prazo.

**Gráfico 52. Saldo global de entradas e saídas do emprego público (Indivíduos)**



Fonte: DGAEP.

**Gráfico 53. Remunerações base e ganhos médios mensais nas administrações públicas (euros)**



Fonte: DGAEP.

**Emprego público aumentou 1,3%, em termos homólogos.** No final de setembro de 2022, o emprego das administrações públicas totalizava 733 771 postos de trabalho, o nível mais elevado desde 2011, representando um aumento de 1,3% face ao final de setembro de 2021 e uma relativa estabilização face ao final de 2021. O crescimento homólogo (mais 9 435 postos de trabalho) resultou essencialmente do aumento na administração central (mais 0,9%, correspondente a mais 4 728 postos de trabalho) e na administração local (mais 2,9%, correspondente a mais 3 641 postos de trabalho). Na administração central, o aumento de emprego verificou-se essencialmente nas unidades orgânicas de ensino e investigação, nas

entidades públicas empresariais do SNS e nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário. As entradas foram superiores às saídas (facto que se verifica desde 2015) sendo que, no final de setembro de 2022, registou-se um saldo líquido positivo de 324 postos de trabalho, o qual resultou de um saldo líquido positivo de 3 973 postos de trabalho na administração regional e local e de um saldo negativo de 3 749 postos de trabalho na administração central (para o qual contribuíram principalmente as áreas da educação e da defesa).

**Remunerações de base e os ganhos médios mensais apresentaram uma evolução ascendente.** Em julho de 2022, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo no setor das administrações públicas situava-se em 1 559,4 euros, 1,6% acima do valor registado no período homólogo de 2021, refletindo o efeito conjugado da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios, da atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) e do valor da base remuneratória para 705 euros (valor anterior, 665 euros). O ganho médio mensal nas administrações públicas (estimativa) era, em julho de 2022, de 1 825 euros (mais 1,2% em termos homólogos).

### Financiamento das Instituições Financeiras Europeias

**O montante total de assinaturas de operações de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) para Portugal foi de 885 milhões de euros no último trimestre do ano**, fechando o ano com um montante global de financiamento formalizado de 1,522 mil milhões de euros. Através da carteira de operações formalizada em 2022, o BEI apoia vários setores da economia nacional, em particular serviços financeiros com enfoque nas pequenas e médias empresas; desenvolvimento urbano, energia e transportes.

**Quadro 1. Financiamentos assinados pelo BEI para Portugal em 2022 (milhões de euros)**

Projeto	Área	Montante <sup>1</sup>
GALP EV Sustainable Charging Network	Transportes	22,00
Panaria Sustainable Ceramics	Indústria	11,65
Lisbon Urban Renewal Housing Climate FL	Água e saneamento	22,50
Lisbon Urban Renewal Housing Climate FL	Desenvolvimento urbano	67,50
Atlas Iberia Re Green Loan	Energia	97,50
Izicap (IDGF)	Serviços	6,30
BST Focused Support For SMES & MIDCAPS	Serviços financeiros	345,00
BST Focused Support For SMES & MIDCAPS	Serviços financeiros	40,00
BST Focused Support For SMES & MIDCAPS	Serviços financeiros	25,00
IBERDROLA Solar PV Green Loan Portugal	Energia	70,00
ALD Pan-European Clean Transport Fleet	Serviços	15,00
REN Green Energy Loan	Energia	300,00
Portugal Solid Waste Investment Plan II	Resíduos sólidos	100,00
IFRRU 2014-2020	Desenvolvimento urbano	200,00
EU Funds Co-Financing 2014-2020 (PT)	Multisetor	200,00
<b>Total 2022</b>		<b>1 522,45</b>

<sup>1</sup> Apenas se incluíram os montantes destinados a Portugal

**Destaque para a assinatura em dezembro do contrato de 200 milhões de euros relativo à operação “EU Funds Co-Financing 2014-2020”,** que disponibiliza financiamento para a contrapartida nacional de operações aprovadas no quadro dos Programas Operacionais do Portugal2020.

O financiamento do BEI ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) foi ainda reforçado no montante de 200 milhões de euros, dando assim continuidade ao apoio do Banco a projetos de reabilitação e revitalização urbanas no território nacional.

## Previsões Económicas

**Quadro 2. Previsões Económicas para 2022 | Portugal**  
(à data de 29.12.2022)

	2022 <sup>e</sup>						
	MF	BdP	CFP	BCE	CE	FMI	OCDE
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)</b>							
<b>PIB</b>	<b>6,5</b>	<b>6,8</b>	<b>6,7</b>	<b>6,8</b>	<b>6,6</b>	<b>6,2</b>	<b>6,7</b>
Consumo privado	5,4	5,9	5,1	-	5,4	-	5,4
Consumo público	1,8	2,0	1,9	-	1,8	-	1,9
Investimento (FBCF)	2,9	1,3	3,6	-	4,0	-	1,7
Exportações de bens e serviços	18,1	17,7	17,8	-	16,6	7,7	17,4
Importações de bens e serviços	12,0	11,1	12,1	-	10,9	2,1	10,4
<b>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</b>							
Procura interna	4,4	-	4,7	-	4,6	-	4,1
Procura externa líquida	2,2	-	2,0	-	2,0	-	2,6
<b>Desenvolvimentos cíclicos</b>							
Produto potencial (taxa de variação, %)	-	-	2,1	-	1,8	-	1,8
Hiato do produto (% produto potencial)	-	-	1,1	-	1,6	1,2	-1,5
<b>Evolução dos preços (taxa de variação, %)</b>							
Deflador do PIB	4,0	-	3,9	-	3,6	7,8	5,3
IHPC	7,4	8,1	7,7	8,1	8,0	7,9	8,3
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)</b>							
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	1,9	2,3	1,9	-	1,0	1,5	-
Taxa de desemprego (% da população ativa)	5,6	5,9	5,6	5,6	5,9	6,1	6,1
Produtividade aparente do trabalho	4,5	-	4,6	-	5,6	-	4,4
<b>Contas Públicas (em % do PIB)</b>							
Receita total	44,1	-	44,5	-	44,0	43,2	44,1
Despesa total	46,0	-	45,8	-	45,9	45,0	46,0
Saldo primário	0,3	-	0,8	-	0,2	0,1	0,1
Saldo global	-1,9	-	-1,3	-	-1,9	-1,9	-1,8
Saldo estrutural	-	-	-	-	-2,6	-0,7	-
Dívida pública	115,0	-	116,6	-	115,9	114,7	115,9
<b>Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)</b>							
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	0,3	-0,6	-0,3	-	0,5	-	-
Saldo da balança corrente	-1,3	-	-1,6	-	-1,5	-1,1	-1,6
da qual: saldo da balança de bens e serviços	-2,8	-2,2	-3,0	-	-	-	-
Saldo da balança de capital	1,6	-	1,3	-	-	-	-

<sup>e</sup> estimativa.

Fontes: Ministério das Finanças [MF] - Orçamento de Estado - 2023, 10 de outubro de 2022 ; Banco de Portugal [BdP] - Boletim Económico, 16 de dez. 2022 (2022); Conselho de Finanças Públicas [CFP] - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026, setembro de 2022 Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections, 29 de dezembro 2022; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Autumn 2022, 11 de novembro 2022; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 11 de outubro 2022; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, 22 de novembro 2022 (Versão Preliminar).



**Quadro 3. Previsões Económicas para 2022 | Área do euro**

(à data de 15.12.2022)

	2022 <sup>e</sup>			
	BCE	CE	FMI	OCDE
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)</b>				
<b>PIB</b>	<b>3,4</b>	<b>3,2</b>	<b>3,1</b>	<b>3,3</b>
Consumo privado	4,0	3,7	-	3,7
Consumo público	1,0	1,4	-	1,7
Investimento (FBCF)	3,1	2,8	-	2,6
Exportações de bens e serviços	7,5	6,6	5,6	6,7
Importações de bens e serviços	7,9	6,8	6,0	7,0
<b>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</b>				
Procura interna	-	3,0	-	3,3
Procura externa líquida	-	0,2	-	0,1
<b>Desenvolvimentos cíclicos</b>				
Produto potencial (taxa de variação, %)	-	1,3	-	1,2
Hiato do produto (% produto potencial)	-	0,4	-0,3	-1,7
<b>Evolução dos preços (taxa de variação, %)</b>				
Deflador do PIB	-	4,6	4,3	4,5
IHPC	8,4	8,5	8,3	8,3
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)</b>				
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	2,1	1,8	2,0	-
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,7	6,8	6,8	6,8
Produtividade aparente do trabalho	1,3	1,2	-	-
<b>Contas Públicas (em % do PIB)</b>				
Receita total	-	47,1	46,9	47,3
Despesa total	-	50,5	50,7	51,0
Saldo primário	-	-1,9	-2,4	-2,3
Saldo global	-3,5	-3,5	-3,8	-3,7
Saldo estrutural	-3,0	-3,6	-3,5	-
Dívida pública	91,5	93,6	93,0	95,6
<b>Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)</b>				
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-	1,7	-	-
Saldo da balança corrente	-1,0	-	1,0	1,4
<i>da qual: saldo da balança de bens e serviços</i>	-	-	-	-
Saldo da balança de capital	-	-	-	-

<sup>e</sup> estimativa.

Fontes: Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections, 15 de dezembro 2022; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Autumn 2022, 11 de novembro 2022; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 11 de outubro 2022 ; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, Interim Report 26 de setembro 2022 (Versão Preliminar) - 17 países.

## ■ Política Económica

### Política Europeia

**Reunião do Conselho ECOFIN de 4 de outubro.** Destaca-se a discussão em torno da questão energética, na qual os ministros das finanças definiram a sua posição de orientação geral sobre a proposta REPowerEU (um plano que visa promover a autonomia estratégica europeia, nomeadamente na área da energia), tendo também sido abordado o impacto nos mercados financeiros da elevada volatilidade dos preços da energia. De destacar igualmente que os ministros trocaram pontos de vista sobre as consequências económicas e financeiras da invasão da Ucrânia pela Rússia. Adicionalmente, o Conselho foi informado

sobre a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, no decurso do qual aprovou o Plano de Recuperação e Resiliência dos Países Baixos. De salientar também a discussão relativa à União Aduaneira, nomeadamente no que concerne ao seu papel em matérias fiscais e não fiscais. Foram ainda abordados temas como o financiamento da ação climática e a próxima reunião dos ministros das finanças e governadores dos bancos centrais do G20, tendo os ministros aprovado o mandato da UE.

**Reunião dos Ministros das Finanças da União Europeia de 8 de novembro.** Destaca-se o acordo alcançado sobre os dois atos legislativos para a implementação do acordo de Basileia III, reforma que assegura um reforço da resiliência do setor bancário da UE. No contexto da Diretiva “Eurovinheta”, é de realçar a discussão sobre a taxação de veículos pesados de mercadorias. Destaca-se igualmente a troca de pontos de vista sobre o impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, no decurso da qual os ministros concederam orientação política para o seguimento de uma abordagem mais estrutural no que concerne à assistência macroeconómica e financeira à Ucrânia em 2023. Os ministros foram também informados sobre a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o ponto de situação respeitante a propostas legislativas em curso na área dos serviços financeiros, a iniciativa legislativa norte-americana *Inflation Reduction Act* e o seu impacto para a União, assim como dos resultados da reunião dos ministros das finanças e dos governadores dos bancos centrais do G20 e das reuniões anuais do FMI. De notar que, à margem desta reunião, teve lugar um diálogo macroeconómico com os parceiros sociais europeus e o diálogo anual entre os ministros das finanças da UE e dos países pertencentes à Associação Europeia de Comércio Livre.

**Reunião do Conselho ECOFIN de 6 de dezembro.** Destaca-se a discussão dos ministros das finanças da UE sobre o pacote legislativo de apoio financeiro à Ucrânia, no montante de 18 mil milhões de euros, na qual se aprovou uma proposta de alteração ao Regulamento Financeiro que permite que o financiamento da União fique assente numa estratégia de financiamento diversificada. Foi também debatida a Comunicação da Comissão sobre as orientações para a revisão do quadro de governação económica da União, debate no qual os ministros tiveram a oportunidade de apresentar observações positivas sobre a necessidade da mesma e de demonstrar o apoio político necessário para a continuação dos trabalhos. Foram ainda abordados temas como a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o andamento dos trabalhos relativos aos novos recursos próprios da União e a revisão da Diretiva sobre a Tributação da Energia. No âmbito do Semestre Europeu de 2023, destaca-se a apresentação por parte da Comissão das principais mensagens incluídas na Análise Anual do Crescimento Sustentável, no relatório de Mecanismo de Alerta e na proposta de Recomendação sobre a política económica da área do euro para 2023.

## Políticas Nacionais

O contexto económico levou à adoção, durante os últimos meses do quarto trimestre de 2022, de um conjunto de medidas de política destinadas a mitigar os efeitos adversos resultantes da subida generalizada dos preços. As medidas de política dirigidas às famílias destinaram-se, essencialmente, a apoiar o rendimento disponível, através, entre outras, do reforço das transferências sociais, do apoio ao arrendamento e da redução do IVA no fornecimento de eletricidade. No âmbito do apoio às famílias, destacam-se ainda as medidas destinadas a mitigar os possíveis efeitos decorrentes do aumento das taxas de juro, nomeadamente no que diz respeito aos contratos de crédito à habitação própria permanente com valores em dívida até 300 000 euros. Para as empresas, as medidas referentes ao último trimestre de 2022 deram continuidade às iniciativas já em curso, destacando-se os apoios às indústrias intensivas em gás e às

empresas do setor dos transportes públicos de passageiros. No âmbito das medidas de natureza fiscal para as empresas dever-se-á destacar o estabelecimento de contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar.

## **Principais Medidas de Política Económica no quarto trimestre de 2022**

As principais medidas de política económica implementadas no quarto trimestre de 2022 são apresentadas por área de atuação de acordo com o objetivo principal descrito pela medida. Consideram-se apenas as medidas aprovadas oficialmente, que introduzem alterações com impacto direto na atividade das empresas e na vida quotidiana das famílias.

No quarto trimestre de 2022, destacam-se várias medidas de combate ao impacto adverso da inflação na vida das famílias e das empresas. Destacam-se ainda um conjunto de medidas significativas nos domínios do mercado de trabalho e capacitação de recursos humanos, inovação, empreendedorismo e I&D, ambiente de negócios, digitalização, capitalização, investimento, internacionalização e finanças públicas.

### **Medidas de combate ao impacto adverso da pandemia da COVID-19 e da Inflação**

#### **Cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19**

[Decreto-Lei n.º 66-A/2022 - Diário da República n.º 190/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-09-30](#)

Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

#### **Cessação de vigência de resoluções do Conselho de Ministros publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2022 - Diário da República n.º 205/2022, Série I de 2022-10-24](#)

Determina a cessação de vigência de resoluções do Conselho de Ministros publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

#### **Medidas excecionais de apoio às empresas e à economia social, para mitigação dos efeitos da inflação**

[Decreto-Lei n.º 67/2022 - Diário da República n.º 192/2022, Série I de 2022-10-04](#)

Estabelece medidas excecionais de apoio às empresas e à economia social, para mitigação dos efeitos da inflação.

#### **Medidas de apoio às empresas em face do aumento dos preços da energia**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2022 - Diário da República n.º 192/2022, Série I de 2022-10-04](#)

Estabelece medidas de apoio às empresas em face do aumento dos preços da energia

#### **Apoio extraordinário ao arrendamento - Redução do IVA no fornecimento de eletricidade**

[Lei n.º 19/2022 - Diário da República n.º 204/2022, Série I de 2022-10-21](#)

Determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade, estabelece um regime transitório de atualização das pensões, estabelece um regime de resgate de planos de poupança e determina a impenhorabilidade de apoios às famílias.

#### **Medida de apoio para mitigar os efeitos do aumento das taxas de juro**

[Comunicado do Conselho de Ministros de 3 de novembro de 2022](#)

As instituições financeiras deverão acompanhar a taxa de esforço dos clientes que tenham contratos de crédito para habitação própria permanente com valor em dívida até 300 000 de euros. Sempre que detetem um agravamento significativo da taxa de esforço ou uma taxa de esforço significativa são obrigadas a avaliar o seu impacto na capacidade financeira do cliente e no eventual risco de incumprimento, devendo apresentar soluções negociais aos clientes. É ainda temporariamente suspensa a comissão de vencimento antecipado nos contratos de crédito a taxa variável, independentemente do montante do crédito.

### **Medidas excecionais de apoio às empresas e à economia social, para mitigação dos efeitos da inflação**

Decreto-Lei n.º 78-A/2022, de 15 de novembro - Diário da República n.º 220/2022, 1.º Suplemento, Série I de 2022-11-15

Reforço do Programa Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás: aumento do limite máximo de apoio atribuído no âmbito do sistema de incentivos «Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30-B/2022, de 18 de abril, bem como o reforço da respetiva taxa de apoio, com eficácia retroativa

### **Medidas para mitigar os efeitos do aumento extraordinário dos preços da energia**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2022 - Diário da República n.º 250/2022, Série I de 2022-12-29

Apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros

### **Medidas de apoio para mitigar os efeitos do aumento da inflação**

Lei n.º 24-B/2022 - Diário da República n.º 251/2022, 1.º Suplemento, Série I de 2022-12-30

Contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar

### **Medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação**

Decreto-Lei n.º 85-B/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 1.º Suplemento, Série I de 2022-12-22

Apoio extraordinário de 240 euros, pago em dezembro pela Segurança Social, tanto aos agregados familiares beneficiários da TSEE residentes em Portugal que tenham efetivamente recebido o apoio na segunda fase, como às famílias que, não se enquadrando neste âmbito, sejam beneficiárias de prestações sociais mínimas por referência ao mês de novembro de 2022

## **Mercado de Trabalho e Capacitação de RH**

### **Medida «Acelerador Qualifica» - Plano de Recuperação e Resiliência**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2022 – diário da República n.º 207/2022, Série I de 2022-10-26

Autoriza a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I. P., a realizar a despesa com a execução da medida «Acelerador Qualifica», no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

### **Medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas**

Decreto-Lei n.º 84-F/2022 – Diário da República n.º 241/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-16

Aprova medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas.

### **Programa-piloto «Semana de Quatro Dias»**

Portaria n.º 301/2022 – Diário da República n.º 243/2022, Série I de 2022-12-20

Aprova o desenvolvimento do programa-piloto «Semana de Quatro Dias», que visa a adoção experimental, pelas entidades empregadoras e seus trabalhadores, de uma redução da semana de trabalho para quatro dias.

## **Inovação, Empreendedorismo e I&D**

### **Medidas especiais de contratação pública – Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho – Investigação e Desenvolvimento**

Decreto-Lei n.º 78/2022 – Diário da República n.º 214/2022, Série I de 2022-11-07

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

## **Ambiente de Negócios**

### **Apoio à tesouraria das empresas turísticas afetadas pelos incêndios de 2022**

Despacho Normativo n.º 13/2022 -Diário da República n.º 201/2022, Série II de 2022-10-18

Cria uma linha de apoio à tesouraria das empresas turísticas afetadas pelos incêndios de 2022.

### **Observatório de Preços «Nacional é Sustentável»**

Despacho n.º 12209/2022 – Diário da República n.º 202/2022, Série II de 2022-10-19

Determina a criação do Observatório de Preços «Nacional é Sustentável».

### **Programa APOIAR**

Portaria n.º 295-A/2022 – Diário da República n.º 238/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-13

Altera o Regulamento do Programa APOIAR, aprovado em anexo à Portaria n.º 271-A/2020, de 24 de novembro.

## **Digitalização**

### **Programa «Emprego + Digital 2025»**

Despacho n.º 12093-A/2022 - Diário da República n.º 199/2022, 2º Suplemento, Série II de 2022-10-14

Regula o modelo de financiamento da segunda fase do Programa «Emprego + Digital 2025», por parte do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., no âmbito de procedimentos concursais.

## **Internacionalização**

### **Sistema de Incentivos às Empresas na tipologia de investimento «Internacionalização das PME» - Mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030**

Despacho n.º 12314-A/2022 – Diário da República n.º 203/2022, 3º Suplemento, Série II de 2022-10-20

Autorização para publicação de aviso de abertura de candidaturas ao Sistema de Incentivos às Empresas na tipologia de investimento «Internacionalização das PME», na modalidade de Projetos Conjuntos, ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030.

### **Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022 – Diário da República n.º 236/2022, Série I de 2022-12-09

Aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030

**Capitalização, Investimento e Acesso a Financiamento****Estrutura de Missão «Recuperar Portugal»**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2022 – Diário da República n.º 201/2022, Série I de 2022-10-18

Altera a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal»

**Programa Transformar Turismo – Regenerar e Valorizar Territórios – Incêndios 2022**

Despacho Normativo n.º 14/2022 – Diário da República n.º 201/2022, Série II de 2022-10-18

Abertura, ao abrigo do Programa Transformar Turismo, do aviso específico de concurso Regenerar e Valorizar Territórios – Incêndios 2022

**Finanças Públicas****Orçamento do Estado para 2023**

Lei n.º 24-D/2022 – Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30

**Grandes Opções para 2022-2026**

Lei n.º 24-C/2022 – Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30

**Outros****Requisitos de acessibilidade de produtos e serviços**

Decreto-Lei n.º 82/2022 - Diário da República n.º 234/2022, Série I de 2022-12-06

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços

**Caixa 4. Principais Medidas de Política Económica – Resumo anual**

Durante o último biénio o conjunto de medidas de política pública foram largamente influenciadas pela resposta a um conjunto de desafios criados pela pandemia de COVID-19. Já as medidas adotadas durante o ano 2022 refletem a influência das tensões geopolíticas (em particular as associadas à guerra na Ucrânia), da pressão sobre os preços da energia e da inflação na vida económica do país. O ano de 2022 foi ainda marcado por um conjunto de medidas relacionadas com a operacionalização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), sendo de esperar a sua continuidade até 2026.

Durante o ano de 2022, a secção de Políticas Nacionais do BTEP concedeu realce a um conjunto de medidas de política económica com impacto direto na atividade das empresas e na vida quotidiana das famílias. A tabela abaixo sistematiza as medidas destacadas durante o ano de 2022 por pilar de incidência. Em termos de distribuição das iniciativas, verifica-se que as mesmas se concentraram em domínios como sejam o do ambiente de negócios (14,3%) e o da capitalização, investimento e acesso a financiamento (14,3%) das empresas. As medidas relacionadas como a economia do ambiente (12,1%) e com o mercado de trabalho e capacitação de recursos humanos (6,6%) mereceram também um particular destaque durante 2022.

A principal ênfase de 2022 vai, no entanto, para o conjunto de medidas de política económica (39,6%) que tiveram como foco principal o combate aos efeitos negativos da pandemia de COVID-19, a mitigação dos efeitos decorrentes do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia e a atenuação dos efeitos negativos da inflação sobre a vida das famílias e das empresas.

**Quadro 4. Distribuição das medidas de política económica por pilares**

Pilares	Número de medidas	Porcentagem
Ambiente de negócios	13	14,30%
Capitalização, investimento e acesso a financiamento	13	14,30%
Economia do ambiente	11	12,10%
Internacionalização	7	7,70%
Mercado de trabalho e capacitação de recursos humanos	6	6,60%
Inovação, empreendedorismo e I&D	4	4,40%
Digitalização	1	1,10%
Mitigação do efeito de choques externos e outros	36	39,60%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

## ■ Artigos

### Importação e exportação de produtos da madeira, cortiça, e suas obras (2017-2021 e 1.º semestre 2021-2022)

Walter Anatole Marques

Analisa-se neste trabalho a evolução da importação e exportação do conjunto dos produtos da “Madeira, cortiça, e suas obras” (excluindo o mobiliário de madeira e obras de espartaria e cestaria) no período de 2017 a 2021 (versões definitivas) e 1º Semestre de 2021 e 2022 (versão preliminar para 2022, com última atualização em 09-09-2022), a partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (INE). No período em análise as importações deste conjunto de produtos pesaram em média 1,3% nas importações globais e 3,0% nas exportações.

[Ler o artigo](#)

### A resiliência económico-financeira das empresas portuguesas face a choques exógenos: a pandemia COVID-19 e a invasão da Ucrânia

Ana Martins (GEE) e Mariana Santos (GEE)

A crise financeira e da dívida soberana demonstrou a centralidade de uma atuação, tanto pelas empresas, como de política pública, focada na sustentabilidade económico-financeira das empresas portuguesas. Nos últimos anos, tornou-se ainda mais evidente essa necessidade com a pandemia COVID-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia. A presente análise constata a resiliência do tecido empresarial português ao choque exógeno associado a um motivo sanitário, provocado pela pandemia COVID-19, fruto de um esforço de anos pré-pandémicos que permitiu às empresas encarar o choque mais fortalecidas, mas que manifestou também a eficácia das políticas públicas implementadas no período pandémico. As conclusões quanto à resiliência da situação económico-financeira das empresas portuguesas face à invasão da Ucrânia pela Rússia são preliminares, uma vez que as principais consequências associadas ao conflito ainda se encontram presentes e perspetivam-se impactos mais fortes na atividade económica nos próximos trimestres.

[Ler o artigo](#)

## **Comércio Externo da Argélia & Portugal-Argélia 2017-2021 (janeiro-agosto 2021-2022)**

**Walter Anatole Marques**

As importações anuais portuguesas de mercadorias com origem na Argélia evoluíram de forma irregular desde o início do século. Por sua vez as exportações com aquele destino, tendo crescido entre 2000 e 2007 de 25 para 80 milhões em 2007, continuaram a aumentar, sustentadamente até 2014, alcançando 588 milhões de Euros. Iniciaram-se então decréscimos sucessivos até 160 milhões em 2020, invertendo-se a tendência no ano seguinte, com 204 milhões de Euros.

**[Ler o artigo](#)**

## **Importação e exportação de máquinas e unidades de informática semicondutores e circuitos integrados eletrónicos (2020-2021 e janeiro-agosto 2021-2022)**

**Walter Anatole Marques**

Neste trabalho vai-se analisar a evolução recente das importações e exportações do conjunto das máquinas e unidades de informática, dispositivos semicondutores e circuitos integrados electrónicos, produtos que constituem o subgrupo “Informática, memórias e circuitos integrados” do grupo “Máquinas, aparelhos e partes”, um dos onze grupos em que integramos habitualmente os produtos da Nomenclatura Combinada, a que se acrescentam as “Partes e acessórios de máquinas de processamento de dados”, que fazem parte do subgrupo “Outras máquinas e aparelhos mecânicos”.

**[Ler o artigo](#)**

## **Em Análise: Dados abertos em Portugal**

**Nuno Xavier (GEE) e Gabriel Osório de Barros (GEE)**

A disponibilização de dados das várias áreas do setor público, em formatos abertos e permitindo a respetiva reutilização, apresenta benefícios para os cidadãos, as empresas, os investigadores e centros de investigação, as organizações não governamentais e para o próprio Estado. Apesar dos avanços efetuados nesta matéria em Portugal, os mais recentes dados mostram que ainda existe margem para que o país possa tirar melhor partido dos benefícios subjacentes à disponibilização de dados abertos. Neste artigo apresentamos e analisamos os principais indicadores e medidas de política pública no que toca aos dados abertos em Portugal

**[Ler o artigo](#)**



## **The Credit Channel of Public Procurement**

**Ricardo Duque Gabriel**

Public procurement accounts for one third of government spending. In this paper, the author documents a new mechanism through which government procurement promotes firm growth: firms use procurement contracts to increase the amount of cash-flow based lending. The paper uses Portuguese administrative data over 2009-2019 and exploit public contests as a source of quasi-exogenous variation in the award of procurement contracts. Winning an additional €1 from a procurement contract increases firm credit by €0.05 at lower interest rates. This finding highlights a mechanism through which future fiscal stimulus can impact the real economy today: procurement contracts increase firms' net worth by increasing future cash-flows that can be used as collateral to ease borrowing constraints and boost corporate liquidity. Consequently, this enhanced access to credit promotes higher investment and employment with these effects being more pronounced and persistent in smaller and financially constrained firms. At the aggregate level, the author empirically estimates that an additional €1 in public procurement increases regional output by €1.8 with the credit channel accounting for 10% of it.

[Ler o artigo](#)

## **Environmental performance of tourism in Portugal - comparative analysis and challenges**

**Gabriel Osório de Barros (GEE) Inês Póvoa (GEE)**

O turismo é um setor essencial para a economia portuguesa, permitindo o aumento de receitas para a economia e para o Estado, a criação de emprego, novas oportunidades de negócio, e dinamizando as várias regiões, atrativas pela qualidade das infraestruturas, produtos e serviços, nomeadamente a hotelaria, bem como pelo seu interesse cultural e histórico. Além desses fatores, o setor do turismo também conta com a qualidade do ambiente natural, água limpa, ar puro, clima agradável e qualidade do ecossistema. Importa, por isso, garantir que o contributo económico e social deste setor segue padrões de sustentabilidade ambiental. O presente Tema Económico analisa um conjunto indicadores de sustentabilidade para posicionar o ecossistema turístico em Portugal, em comparação com a União Europeia, nomeadamente a capacidade e os desafios para contribuir para a concretização dos objetivos de neutralidade climática e sustentabilidade. Nesse contexto: i) É importante que o setor do turismo, nomeadamente em Portugal, continue a ponderar os seus impactos em termos ambientais, mitigando as atividades adversas e seguindo as melhores práticas para reduzir o seu impacto ambiental; ii) As empresas devem melhorar a sua gestão e planeamento ambiental, aumentar a consciência ambiental e contribuir para a proteção e preservação do meio ambiente; iii) Tanto a divulgação de boas práticas como a sensibilização para comportamentos mais sustentáveis (e.g., “slow travel”, “pegada ecológica zero” ou “diga não ao plástico”) são essenciais não só para que os empreendimentos se tornem mais sustentáveis como também para tornar os viajantes mais responsáveis pelo seu comportamento; iv) A alta prevalência da atividade económica dependente do turismo cria pressões em termos de sustentabilidade ambiental que devem ser abordadas por políticas públicas. Este tema ganhou uma relevância adicional com a “Agenda Europeia para o Turismo 2030”, recentemente aprovada pelo

Conselho da União Europeia, a 1 de dezembro de 2022. Esta Agenda resulta, em grande parte, do compromisso assumido durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Cabe agora à Comissão Europeia e aos Estados-Membros implementar e acompanhar a aplicação do Plano de Trabalhos Plurianual da União Europeia que consta da Agenda, reforçando a competitividade assente num modelo de turismo circular e sustentável.

[Ler o artigo](#)

### **Comércio Internacional de mercadorias taxas de variação homóloga em valor volume e preço por grupos e subgrupos de produtos (janeiro-setembro 2022-2021)**

**Walter Anatole Marques**

Apresentam-se neste trabalho indicadores de evolução em Valor, Volume e Preço das importações e das exportações portuguesas de mercadorias, calculados para o período acumulado de janeiro a setembro de 2022, a preços do período homólogo de 2021. Para o cálculo dos índices de preço, as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às importações e às exportações de mercadorias com movimento nos dois anos, foram agregadas em 11 grupos e 38 subgrupos de produtos afins (ver Anexo).

[Ler o artigo](#)

### **Comércio Externo da Turquia & Portugal – Turquia (2017-2021 e janeiro-setembro 2021-2022)**

**Walter Anatole Marques**

O valor das exportações anuais portuguesas de mercadorias com destino à Turquia tem-se mantido praticamente abaixo do nível das importações desde 2000. Tendo-se aproximado do nível das importações entre os anos 2008 e 2017, ultrapassando-o mesmo ligeiramente em 2012 e 2014, afastou-se a partir de então, situando-se em 620 milhões de Euros em 2021, contra 1177 nas importações.

[Ler o artigo](#)

### **COVID-19 efeitos do confinamento entre março e dezembro de 2020 na mobilidade de Passageiros em Portugal Continental**

**Dulce Guedes Vaz (GEE) e Graça Sousa (GEE)**

Este trabalho apresenta e analisa os fluxos de passageiros por modo de transporte, a nível nacional e internacional e permite verificar as tendências de mobilidade no ano de 2020, primeiro ano de pandemia, por comparação com o ano de 2019.

[Ler o artigo](#)

## European Industrial Strategy in the recent context: Industrial Ecosystems and Strategic Dependencies' insights from Portugal

Guida Nogueira (GEE), Paulo Inácio (GEE) e Joana Almodovar (GEE)

Globalisation is an important source of efficiency gains, contributing to boost economic growth, improve income, and enhance well-being worldwide. The COVID-19 pandemic has re-ignited the debate around the pros and cons of globalisation, and the world economy is currently faced with a potential major reconfiguration. In this context, the EU is updating its industrial strategy to increase Europe's self-sufficiency in strategic sectors, boost its own industry and assert its economic power. By acknowledging the richness of this analytical approach, the purpose of this article is to transpose EU's methodology to the Portuguese case to gain a country specific perspective that improves the understanding of common versus specific challenges and vulnerabilities of the Portuguese economy vis-à-vis EU's economy. Specifically, we reproduce the proposed key performance indicators for the 14 industrial strategic ecosystems at the EU level for Portugal and we apply the EC methodology to identify strategic dependencies at the national level.

[Ler o artigo](#)